



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Graduação em Biblioteconomia

*A INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO DF*

Brasília, DF
2019

HANNA MARIA NUNES RODRIGUES

*A INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO DF*

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Me. Elton M. Pinto.

Brasília, DF
2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR696ii Rodrigues, Hanna Maria Nunes
A informação como ferramenta de enfrentamento à violência
contra a mulher no DF / Hanna Maria Nunes Rodrigues;
orientador Elton Mártires Pinto. -- Brasília, 2019.
130 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2019.

1. Violência contra a mulher. 2. Direitos humanos. 3.
Uso da informação. 4. Disseminação da informação. I. Pinto,
Elton Mártires, orient. II. Título.



Título: A informação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no DF.

Aluna: Hanna Maria Nunes Rodrigues

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 04 de dezembro de 2019.

Elton Martires Pinto - Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB)
Mestre em Ciência da Informação

Michelli Pereira da Costa – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Miguel Antonio dos Santos Filho – Membro
Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF)
Mestre em Antropologia Social

A todas as mulheres, em especial àquelas que são vítimas do patriarcado, do machismo e da violência, e que lutam todos os dias para ter uma vida livre e em paz.

A minha mãe, Ana Judite.

AGRADECIMENTOS

Ao meu misericordioso Deus, pelas bênçãos e graças dadas a mim, por me sustentar nessa caminhada e nunca me desamparar. A Nossa Senhora das Graças por sempre me proteger.

A minha amada família, meus pais Ana Ju e Manoel e aos meus irmãos David e Babu, vulgo Náh, por sempre me apoiarem e me motivarem a ir atrás dos meus sonhos. Por todo amor, paciência e suporte durante os longos anos da minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos, Cris, Filipe, Ingrid, Mariana e Paula, por acompanharem de perto todo o caminho percorrido e por estarem ao meu lado. Pelas cervejas e hambúrgueres como recompensa após os longos dias de trabalho. Especialmente a minha grande amiga Paula Pires, pelo companheirismo, amizade e apoio, por me mostrar que eu sou capaz e acreditar em mim. A todos, agradeço pelos conselhos e pela parceria.

As minhas amigas de sala e futuras colegas de profissão, Camila, Letícia, Loló, Nayara pela união durante esses oito semestres, por toda troca de conhecimento, experiências, risos, trabalhos compartilhados e histórias de vida. Em especial a minha amiga Nay, por me auxiliar sempre que possível neste estudo, pela motivação e confiança. Vocês são incríveis.

A Beatriz e Ingrid M. amigas que o estágio me deu. Agradeço pelo carinho e motivação. A Bia por sempre ter uma palavra amiga e positiva, me mantendo pra cima sempre. A Ingrid por sempre direcionar meu olhar para as minorias e me ensinar a defendê-las. Ter a amizade de vocês é um grande presente.

A todos os meus amigos que torcem por mim e me acompanharam durante todo o percurso da graduação e me acompanham diariamente. Carrego cada um de vocês no meu coração.

Ao meu orientador, Professor Mestre Elton Pinto, na qual tenho uma imensa admiração. Agradeço por ter acreditado no meu trabalho e querido desenvolver um estudo sobre a violência contra a mulher, pela paciência e principalmente por compartilhar seus conhecimentos e aprendizados. Pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram esse estudo. Grata pela importante colaboração no processo de criação dessa pesquisa e por ter contribuído para minha evolução acadêmica.

A Professora Dr. Maíra por ser uma excelente docente e transmitir com tamanha vocação seus ensinamentos.

As mulheres que participaram do desenvolvimento da construção dessa pesquisa, sem o compartilhamento da história de vocês e a colaboração no processo de obtenção dos dados este estudo não seria possível. Obrigada por confiarem a mim situações tão delicadas e marcantes na vida de vocês.

A Jakeline, Alberto e Patrícia meus exemplos de profissionais. Obrigada por tudo que me ensinaram profissionalmente, por todas as oportunidades, pelas dicas da vida e por me moldarem tão bem. Agradecida pela contribuição das fontes para o presente trabalho.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora, Michelli Pereira da Costa e Miguel A. dos Santos Filho, pela disponibilidade e pelo comprometimento. Obrigada por dividiram comigo este momento tão importante e esperado.

*"A não violência é o artigo número um de
minha fé e é também o último artigo de meu
credo"*

(Gandhi).

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema social que representa uma das principais formas de violação dos direitos humanos e atinge inúmeras mulheres. É o resultado de uma evolução histórica, machista e patriarcal que se perpetua no cenário atual de maneira invisível em decorrência da falta de informação. Diante da invisibilidade do fenômeno, a disseminação e o uso da informação são importantes para prevenir e divulgar a violência contra a mulher e suas nuances na sociedade. Diante disso, o presente estudo é proposto com o objetivo de analisar de que formas as mulheres utilizam a informação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no Distrito Federal. Metodologicamente, empregou-se a abordagem qualitativa de pesquisa com o propósito descritivo. A amostra do estudo foi composta por seis mulheres, vítimas de violência doméstica, que residem no Distrito Federal. . Para coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada e a técnica *snowball*. A partir disso, os dados foram transcritos e trabalhados por meio de análise temática. Dentre os resultados do estudo, observam-se: os suportes e fontes de informação utilizados pelas vítimas e a importância da informação para compreender a violência e reconhecer seus direitos.

Palavras chave: Violência contra a mulher. Direitos humanos. Uso da informação. Disseminação da informação.

ABSTRACT

Violence against women is a social problem that represents one of the main forms of human rights violations affecting many women. It is the result of a historical, chauvinistic and patriarchal evolution that perpetuates itself in the present scenario invisibly due to the lack of information. Given the invisibility of the phenomenon, the dissemination and use of information is important to prevent and disseminate violence against women and their nuances in society. Given this, the present study is proposed with the objective of analyzing the way women use information as an entertainment tool for violence against women in the Distrito Federal. Regarding the methodology, the qualitative research approach was used with the descriptive purpose. The context of the analysis consisted of six women victims of violence, resident in Distrito Federal. For data collection we used semi-structured interview and snowball technique, based on a form divided into five groups of questions. From this, the data were transcribed in full and then arranged for analysis. The results of the study reveal the supports and sources of information used by victims, the importance of information to understand violence and to recognize their rights

Keywords: Violence against women. Human rights. Information use. Information dissemination.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------|----|
| Figura 1 – O ciclo da informação | 56 |
| Figura 2 – Amostragem da pesquisa | 68 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Violência doméstica: Comparativo do período de janeiro a julho dos anos de 2018 e 2019, por Região Administrativa | 33 |
| Gráfico 2 – Total de crimes contra a mulher | 38 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Fatores que influenciam as mulheres a não denunciar seus agressor | 42 |
| Quadro 2 – Exemplo da descrição dos dados da entrevista | 70 |
| Quadro 3 – Descrição da amostra | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Crimes de Violência Doméstica por Região Administrativa do DF. | 34 |
| Tabela 2 – Números absolutos dos crimes de homicídio (feminicídio consumado) por Região | 35 |
| Tabela 3 – Números absolutos dos crimes de tentativa de homicídio (feminicídio tentado) por Região. | 36 |
| Tabela 4 – Crimes de Estupro (todas as formas–crime complexo), por Região Administrativa. | 37 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|--|
| CI | Ciência da Informação |
| DF | Distrito Federal |
| FCI | Faculdade de Ciência da Informação |
| FLACSO | Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais |
| LMP | Lei Maria da Penha |
| MPDFT | Ministério Público do Distrito Federal e Territórios |
| NPJ/UNB | Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PLP | Promotoras Legais Populares |
| UnB | Universidade de Brasília |
| VD | Violência Doméstica |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 OBJETIVOS | 19 |
| 1.1.1 <i>Objetivo Geral</i> | 19 |
| 1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i> | 19 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 19 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 21 |
| 2.1 Violência contra a mulher: origem, conceito e relações | 21 |
| 2.1.2 <i>Violência contra a mulher em foco: projetos, campanhas, séries e filmes que retratam a violência</i> | 43 |
| 2.1.2.1 O DF frente ao combate da violência: projetos e campanhas como medidas de prevenção à violência contra a mulher | 43 |
| 2.1.2.2 O retrato da violência contra a mulher diante das telas | 50 |
| 2.2 A informação como ferramenta para o enfrentamento da violência contra a mulher | 53 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 65 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 69 |
| 4.1 Descrição dos dados | 69 |
| 4.2 Descrição da amostra | 70 |
| 4.3 Descrição e interpretação dos dados | 73 |
| 4.3.1 <i>Compreensão do que é violência contra mulher</i> | 73 |
| 4.3.2 <i>Percepção de que estava sofrendo violência</i> | 75 |
| 4.3.3 <i>Suportes e fontes de informações para sanar necessidades.</i> | 83 |
| 4.3.4 <i>Uso da informação</i> | 88 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS | 108 |

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno recorrente no dia a dia das mulheres. Isso porque tal fenômeno é fruto do patriarcado e resultado de uma sociedade machista, assim a mulher se torna o principal alvo de violências perpetradas pelo ódio e pela dominação masculina. Santos e Galinkin (2016) explicam que o termo “violência contra a mulher” diz respeito à violência praticada contra a pessoa do sexo feminino, perpetrada em razão, e simplesmente, pelo fato de ser mulher. A violência contra a mulher pode ser compreendida como o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, que causa ou tem uma boa chance de causar ferimentos, morte, sofrimento psicológico, distúrbios ou privações do desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002).

Atualmente, as mulheres estão sujeitas a sofrer diversos tipos de violência, tais como: feminicídio, misoginia, violência de gênero, violência doméstica, atribuindo as agressões físicas, violência psicológica, verbal e patrimonial como suas particularidades. Dados do Mapa da Violência de 2015, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) demonstram que o Brasil se encontra dentro dessa realidade e ocupa o quinto lugar na lista de oitenta e três países em relação aos homicídios contra a mulher. Tal fato se estende também à Brasília e atinge às regiões administrativas da capital, sendo possível observar como a violência contra a mulher no Distrito Federal tem aumentado e sido recorrente. Na capital já se somam vinte e oito casos de feminicídio e mais de nove mil casos de violências contra a mulher. Com o objetivo de diminuir esses números e zerar os índices, têm-se a implementação de leis, projetos, propagandas e informativos como ferramentas para combater à violência contra a mulher.

Neste contexto, o objeto de estudo da Ciência da Informação contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher. A CI se fundamenta na responsabilidade social, uma vez que visa compartilhar o conhecimento de maneira fácil, através das tecnologias da informação na e para a sociedade. A informação conforme Foucault (1999) *apud* Araújo (1992, p. 20) é o *locus* do poder e saber; com isso é possível através da informação transformar relações de poder, pois com novos conhecimentos é provável a alteração de uma vida, como colocado por Araújo (1992). A ligação da informação como ferramenta a violência contra a mulher se

observa ao longo do processo de mudanças de paradigmas e estereótipos que naturalizam a violência, visto que a informação é capaz de mudar realidades, alterar as estruturas do conhecimento e ajudar no processo de tomada de decisão. Percebe-se então que a relação dos indivíduos com a informação nos processos de busca, acesso e uso, pode contribuir para a diminuição ou fim das agressões. A presente investigação está estruturada em três capítulos. O primeiro está intitulado como: “*Violência doméstica: origem, conceitos e relações*”. Este capítulo contextualiza -a luz da literatura- a história da violência contra a mulher, mostrando a realidade das mulheres desde a idade média até a modernidade, dando visibilidade a violência doméstica e a outras tipologias de violência, que são invisibilizados pela sociedade. O capítulo traz também legislações, tais como: Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio e Lei de abuso sexual, que respalda as mulheres a assegurarem e reconhecerem os seus direitos.

O segundo capítulo, por sua vez, está nomeado como: “*Violência contra a mulher em foco*”. Este capítulo aborda depoimentos, relatos e histórias de violência contra a mulher na mídia, trata de novelas e séries, que buscam conscientizar a partir de ações sociais.

Por fim, o terceiro capítulo discute o papel da informação na violência contra a mulher. Neste momento, a partir da fundamentação teórica é possível visualizar a informação como instrumento de tomada de decisão, sendo capaz de ajudar no processo de transformação de vida do indivíduo e na modificação das estruturas do conhecimento.

Sendo assim, ao observar o cenário atual -que revela o crescente número de vítimas da violência- e levando em consideração as condições físicas e psicológicas das mulheres sujeitas a esses crimes, bem como a grande quantidade de informações existentes sobre a temática e os serviços de informação, a presente pesquisa visa identificar de que modo a informação é capaz de ser utilizada como ferramenta para o enfrentamento à violência contra a mulher. Desse modo, pretende responder à seguinte questão de pesquisa: “*De que formas as mulheres utilizam a informação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no Distrito Federal?*”.

Para responder a questão de pesquisa foram elencados um objetivo geral e quatro específicos, como pode-se observar no tópico 1.1.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 *Objetivo Geral*

Identificar de que formas as mulheres utilizam a informação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no Distrito Federal.

1.1.2 *Objetivos Específicos*

- 1) Traçar o perfil de vítimas de violência contra a mulher no DF;
- 2) Levantar, a partir da literatura, os diferentes tipos de violência contra a mulher;
- 3) Identificar quais suportes e fontes de informação vítimas de violência contra a mulher utilizam para sanar suas necessidades sobre o tema;
- 4) Relacionar os comportamentos informacionais das mulheres vítimas de violência doméstica à tomada de decisão.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a situação da violência contra a mulher tem sido crescente a cada ano, segundo um levantamento de dados do Datafolha, realizado em fevereiro de 2019 para avaliar o impacto da violência contra as mulheres. No último ano, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento. Todos os dados da pesquisa remetem à violência doméstica, sendo que 76,4% das mulheres conheciam o autor da violência, uma vez que a maior parte aconteceu dentro de casa. O presente estudo pretende examinar, exibir e levantar questões relacionadas ao uso da informação realizada por mulheres em situações de violência doméstica e outras violências, abordando como as fontes de informações contribuem ou contribuíram para que elas reconhecessem que eram vítimas da violência e “enfrentassem” as agressões cometidas contra elas. Sendo assim, o interesse para desenvolver este estudo em um primeiro momento parte da influência da disciplina “*Psicologia do gênero*” ofertada pela Universidade de Brasília. A disciplina desenvolveu debates acerca das reflexões sobre intersecções, considerando gênero, raça, classe e outros marcadores sociais de diferença, incluindo o papel da mulher na sociedade e suas dificuldades frente a uma sociedade culturalmente machista e violenta. Partindo das questões que envolvem a violência contra a mulher, como o crescente número de casos, é de grande valia

inserir estudos sobre a temática no âmbito da CI. . Sendo assim, o estudo contribui para o desenvolvimento de uma questão social concreta, bem como auxilia na construção de bibliografia sobre o tema.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Violência contra a mulher: origem, conceito e relações

A violência é expressa como ação derivada do poder e da dominação de um indivíduo para o outro, capaz de constranger, incomodar, maltratar, impedir a liberdade e violar os direitos do ser humano. Tal atitude resulta possivelmente em mortes, ferimentos, privações ou danos psicológicos, uma vez que se faz uso da força física, psicológica ou intelectual. Conforme Teles e Melo (2003) a violência pode ser compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente. É possível compreender também a violência como o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, que causa ou tem uma boa chance de causar ferimentos, morte, sofrimento psicológico, distúrbios ou privações do desenvolvimento, como é definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002.

O estudo “*World Report on Violence and Health*” organizado pela ONU em 2002, que traz a definição do que é a violência, visa também discutir a tipologia da violência, dividindo-a em três categorias¹: auto-infligida, interpessoal e coletiva. A primeira categoria é a violência contra si, que subdivide no suicídio e auto abuso. A segunda categoria proposta pela ONU está dividida em dois âmbitos, o primeiro geralmente ocorre em casa, estabelece a família ou parceiro íntimo como autor da violência, e o segundo acontece na comunidade, fora de casa, ocasionada por sujeitos conhecidos ou não. A terceira categoria é realizada por grupos maiores, de forma coletiva, dividindo-se em violência social, política e econômica.

No tocante a segunda categoria está presente a violência doméstica. A origem do termo surge na década de 1980 e tal denominação encontra-se inerente ao surgimento da violência contra a mulher, que se desenvolveu por volta dos anos 1960-1970. Apesar da discussão acerca da violência sofrida pelas mulheres ter criado voz apenas em meados da década de 1970, a violência doméstica está presente na vida das mulheres desde os tempos mais remotos, no que se refere as grandes civilizações. É possível analisar representações de violências (principalmente doméstica e de gênero) na Grécia Antiga e em Roma, uma vez que

¹ Todas as tipologias da violência merecem atenção, mas para o presente trabalho, a segunda categoria se destaca dentre as outras, por se tratar efetivamente da violência contra a mulher, incluindo a violência de gênero e a violência doméstica.

a mulher era considerada inferior, marginalizada, perigosa (por contos dos mitos existentes) e era totalmente submissa ao patriarcado, levava uma vida inteiramente doméstica, definida pelos papéis de dona de casa, esposa e mãe, onde vivia sem capacidade de deliberação e privada do mundo do pensamento e do conhecimento. Essas concepções da mulher como o ser inferiorizado e deplorável em relação ao homem, são respaldadas por Aristóteles em 1998² (p. 25), quando afirma que "quanto ao sexo dos indivíduos a diferença é indelével, pois, independente da idade da mulher, o homem sempre deverá conservar sua superioridade", tal superioridade se dá devido a capacidade intelectual superior e perfeita comparada a mulher³.

Já na Idade Média, a doutrina cristã influencia a sexualidade feminina e os ensinamentos são direcionados para as mulheres serem cativas no ambiente doméstico/privado, sendo auxiliar do homem e submissa. Neste período, a igreja católica estabelece seu poder na sociedade, sobretudo para com a mulher. A igreja ensinava as moças como deveriam comportar-se em público, as roupas que deveriam vestir, o modo como deveriam tratar o marido, a submissão e sujeição às vontades masculinas (LEITE; NORONHA, 2015, p. 4).

No Renascimento, por sua vez, a mulher não vive somente no âmbito doméstico, isso devido a novas regras de conduta para as mulheres, agora ela passa a frequentar movimentos políticos e literários, porém, continua vítima da superioridade e da dominação masculina⁴. Tal época é marcada pela objetificação da figura feminina, posto que as mulheres eram arranjadas aos seus maridos, através do dote oferecido, e assim, media-se o valor da mulher pela quantidade de bens em questão. Determinada ação é resultante de violência, pois inibe a liberdade da mulher, viola seus direitos e contribui possivelmente para que seja refém de diversos tipos de violência. Em relação ao dote ser um potencializador de violência,

² ARISTÓTELES. *A Política*. [tradução de Roberto Leal Ferreira]. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

³ Apesar de ser um pensamento arcaico, se faz muito atual e é apoiado principalmente diante da fala do bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, em setembro de 2019, ao mencionar que a mulher não pode ter mais estudos que o marido. O bispo, por acreditar nesse pensamento machista, proibiu suas filhas de cursarem faculdade antes de se casar, justifica em sua fala que caso elas estudassem e fossem mais inteligentes que os homens, seriam "cabeças" da família e o fracasso da união seria certo. Para ele, o homem tende ser a cabeça da casa para o matrimônio não fracassar. O pastor completa dizendo "O que se ensina hoje é: Minha filha nunca vai ficar sujeita a um homem. Então tá. Vai ficar sujeita à infelicidade. Porque não existe família, não existe casamento, porque não existe felicidade a mulher cabeça e o homem corpo. É fracasso".

⁴ De acordo com Bourdieu a dominação masculina é resultado da violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas e acontece de forma simbólica por meio das vias de comunicação e do conhecimento, sendo mais preciso, onde não se tem conhecimento ou não se reconhece, acontecendo em última instância através do sentimento. Disponível em : A dominação masculina.

Abrantes (2010)⁵ descreve em seu estudo a existência de muitas mulheres mortas relacionadas à violência pelo dote e salienta que no Brasil há registros de violência física sofrida em consonância ao dote, além dos casos de abandono por parte do esposo. Nesse sentido, Marcílio (2006), ao desenvolver seu pensamento na publicação “*História social da criança abandonada*”⁶ aborda que o dote servia como iscas para atrair homens sem caráter que só tinham interesse em receber o dinheiro e tampouco se preocupavam com a esposa. Em continuidade a autora completa sobre os atos de violência decorrente do dote, uma vez que no Rio Grande do Sul ocorreram casos dolorosos de mulheres que após o casamento, “tendo o marido recebido o dote, abandonaram suas esposas e usaram de toda sorte de violências contra elas”.

O mais dramático deles foi o de Júlia Sofia de Matos, alvo até do *Jornal de Notícias* de Salvador, em 1894. Belmiro dos Avelino dos Santos, recém-casado com ela, espancava brutalmente sua mulher. Do exame de corpo de delito, feito em Julia no Hospital, soube-se que desde o primeiro dia do casamento o marido não só a espancava brutalmente, mas a obrigava a “praticar atos indecorosos, de cuja repetição resultaram as ulcerações que sofreu nas duas vias; que constantemente embriagava-se e a espancava, chegando ao ponto de agarrá-la pelos cabelos e meter-lhe a cabeça no fogo... que armado com faca ameaçava matá-la, escapando ela por se ter refugiado em casa de uma vizinha; que era por ele tratada pelos nomes mais grosseiros e imorais; e que, queixando-se a ele dos seus sofrimentos e pedindo-lhe um remédio, seu marido machucara uma quantidade de pimentas para sobre as mesmas ela sentar-se. (MARCÍLIO, 2006, p. 298-299).⁷

Ainda no Renascimento, após o casamento, mesmo com as novas regras destinadas as mulheres, o papel feminino desempenhado até então não é alterado, agora a mulher casada, além da casa e dos filhos, tem que cuidar do marido, sendo-lhe submissa e fiel em qualquer situação. Muitas esposas eram vítimas de violências, de traições e humilhações, mas nada se podia fazer, porque essas práticas já estavam inseridas como comportamento natural⁸ da sociedade da época. Como ressaltado por Leite e Noronha (2015) os maus tratos femininos ocorriam com

⁵ ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O dote é a moça educada:** mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Orientador: Prof.^a Dra Rachel Soihet. 2010. Tese .Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1252.pdf>

⁶ No capítulo 5 (Dotes e casamentos para as filhas das rodas e dos recolhimentos)

⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/geanipedrosa/histria-social-da-criana-abandonada-autora-maria-luza-marclio>. Acesso em: 29 ago. 2019.

⁸ É perceptível a presença da violência simbólica descrita por Bourdieu.

muita frequência, e a mulher que desobedecesse ao marido ou se impunha de maneira contrária ao pensamento dele e de suas decisões era punida, a vista disso o espancamento do marido em relação à esposa era tido como um ato normal, em caso de adultério o marido poderia matar sua esposa e mesmo assim não sofreria punição, pois estava defendendo sua honra. É válido acrescentar que diante dos adultérios das mulheres, era legal que os maridos as fizessem deter na prisão ou que as matassem [...] (CAULFIELD, 2005; MACHADO, 2011). Assim, é perceptível que a violência contra a mulher principalmente na esfera doméstica sempre existiu, mas não era vista realmente como um ato violento ou opressivo a mulher, por ser uma ação cultural considerada “normal”.

A partir da criação dessas raízes, cresce ainda mais a dominação masculina diante da figura feminina, no qual conseqüentemente perdura atualmente em diferentes formas, como a inferioridade, humilhações, atribuições de poder desiguais, hierarquia, legitimação aos sexos/gêneros, violência constante e repressão às mulheres, de maneira mais dura, principalmente no ambiente doméstico, se tratando da violência doméstica.

Desse modo, definir “violência doméstica” é uma tarefa complexa. Como destacado por Santos e Galinkin (2016) há diversas definições e explicações, bem como existem vários pontos de vista para tratar/discutir tal fenômeno. Debert e Oliveira (2007), ao discutirem os modelos conciliatórios de discussão de conflitos e a “violência doméstica” apontam as dificuldades que envolvem a definição do termo sob o olhar de estudiosos.

Reinoso e Silva (2009) consideram que a violência doméstica pode se referir a qualquer tipo de violência produzida em casa e contra quem mora nela. Nesse sentido, Teles e Melo (2003) completam a definição do termo em questão afirmando que “violência doméstica é aquela que acontece dentro de casa, no lar, nas relações entre pessoas da família”. Nesse caso, o vetor da agressão pode se dirigir a qualquer pessoa da família, sendo homem ou mulher, pai, mãe, filhos, jovens ou idosos. Em contrapartida, a violência doméstica pode ser entendida como “todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivem esporadicamente neste espaço” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 8).

No artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, ao tratar da Lei que rege a violência doméstica (VD) e familiar contra a mulher, concebe-se a VD sendo:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2006).

Na maioria dos casos, as vítimas dessa violência são as mulheres e o agressor é o parceiro(a) íntimo. Os dados levantados por uma pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo⁹ informam que a cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de dois milhões de mulheres são espancadas a cada ano por seus maridos ou namorados, atuais e antigos. Em conformidade, o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde de 2002, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), descreve que “uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres é a praticada por um marido ou um parceiro íntimo” (KRUG, ETIENNE et al., 2002, p.91). O mesmo relatório retrata que a violência sexual também é praticada, na maioria das vezes, pelo cônjuge/parceiro, dado que “as formas mais comuns de violência sexual no mundo todo é a perpetrada por um parceiro íntimo”. Além disso, muitas mulheres não reconhecem que a situação vivenciada tem sido uma forma de violência, pois acreditam que essas experiências de violência não correspondem à agressão e abusos praticados por familiares ou parceiros íntimos. (SCHRAIBER et al., 2005, p.44-45). Para completar esse pensamento, de que o agressor da mulher geralmente é um homem, e que mantém de alguma forma laços íntimos, Bloom (2008) afirma que (...) a violência dirigida contra a mulher é perpetrada, com maior frequência, pelo marido, parceiro íntimo ou parente.

Geralmente, a violência doméstica é atribuída a outros tipos de violências, na qual apresenta relações, como a violência intrafamiliar, violência de gênero e a violência contra a mulher. Muito se confunde a violência doméstica com a

⁹ A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores por decisão do seu DN no dia 5 de maio de 1996. Tinha o objetivo de construir um espaço para desenvolvimento de atividades como as de reflexão política e ideológica, de promoção de debates, estudos e pesquisas, com a abrangência, a pluralidade de opiniões. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/>.

intrafamiliar, pois as duas acontecem em ambientes domésticos e de forma interpessoal. A partir das análises de estudos sobre o tema, é notável que o uso dos termos não seja consensual, assim sendo, em muitos escritos se tem a preferência por uma expressão ao invés de outra. Para compreender a diferenciação dessas violências, Narvaz e Koller (2006) explicam a violência intrafamiliar como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Já a violência doméstica ocorre no espaço doméstico, mas não é necessária função parental.

No que tange a violência de gênero, pode-se afirmar que se dá pelo contexto social e cultural do patriarcado, em virtude de determinar o homem como o ser dominador e a mulher como um ser submisso, frágil e inferior. Nesse sentido, a partir do livro “*O que é violência contra a mulher*”, Teles e Melo discutem a violência de gênero enquanto “uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos.” Acerca do assunto, Campos (2008, p. 9)¹⁰ salienta que:

A violência contra a mulher constitui uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que levam à dominação e à discriminação por parte do homem, impedindo o avanço pleno da mulher e lhe atribuindo um papel secundário. A essa violência, que nasce da superioridade imposta por um sexo ao outro – dos homens sobre as mulheres – e afeta toda a organização social, convencionou-se chamar violência de gênero, que é a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

De acordo com a Lei Maria da Penha¹¹ nº 11.340 a violência baseada em gênero é “qualquer ação” ou mesmo “omissão”, que “baseada no gênero, leve à

¹⁰ Disponível em: <http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2014/12/Ant%C3%B4nia-Alessandra-Sousa-Campos.pdf> Acesso em: 18 set. 2019.

¹¹ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Ao observar, compreende-se esse conceito sendo semelhante ao significado da violência doméstica já mencionada acima. Machado (2016, p. 166) acrescenta que a “violência de gênero não se restringe a um determinado foco ou tipo de conflito [...] um conflito de gênero pode ter múltiplos focos e um foco pode ser substituído por outro, mantendo-se a violência baseada em gênero e a situação de risco da agredida” Com isso, Machado (2016) visa explicar que esse tipo de violência não é determinante apenas em alguns lugares, mas que pode sim ocorrer em qualquer lugar e devido a qualquer circunstância, sendo por conhecido/ parceiro/ cônjuge ou não, ocorrendo em casa, no trabalho, na rua, no ônibus etc. e tendo prioritariamente as mulheres como vítimas. Para Pimentel (2008) a violência baseada no gênero se caracteriza como uma discriminação que impede a mulher de usufruir direitos e liberdade em equidade com o homem. Porto (2004) indaga em seu estudo a relação do gênero com a violência contra a mulher e a partir da interpretação de Gomes (2003) compreende esta relação, quando se tem a afirmação de que:

A abordagem de gênero, que surgiu há mais de três décadas, conseguiu progressivamente consolidar-se como modelo explicativo hegemônico para a ocorrência da violência contra a mulher. Essa afirmação sustenta-se no fato de tal modelo, na virada do século XXI, ainda ser uma tendência explicativa majoritária na produção especializada sobre a temática em questão (GOMES, 2003 p. 205 *apud* PORTO, 2004, p. 29).

De maneira geral, a violência de gênero é a violência que mais se assemelha a violência contra a mulher, em razão de serem praticadas contra o gênero feminino apenas por ser mulher, porém, nem sempre a violência praticada contra a mulher é uma violência contra o gênero, visto que é possível reconhecer vários tipos de violências praticadas com as mulheres.

Na década de 1960 foi cunhado o termo violência contra a mulher pelo movimento feminista¹², a partir disso se originou o termo da violência doméstica.

contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A Lei na íntegra encontra-se disponível na página digital do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

¹² Movimento surgido no Brasil em 1975, na ocasião da instituição pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher, com os seguintes objetivos: identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetam a situação da mulher brasileira, lutar pela liberação das mulheres enquanto sexo dominado e oprimido, promover a conquista de direitos civis para todas

Santos e Galinkin, (2016, p. 258), explicam que a violência contra a mulher “diz respeito à violência praticada contra a pessoa do sexo feminino, perpetrada em razão, e simplesmente, pelo fato de ser mulher”. Os dados mostram que as notificações da violência contra a mulher têm crescido consideravelmente a cada ano e expõe que a violência ocorre com bastante frequência e tem ficado recorrente no meio dos grupos sociais e na sociedade atual. De acordo com dados do Mapa da Violência de 2015 organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), o Brasil encontra-se em quinto lugar na posição de homicídios a mulheres, numa lista de 83 países, com 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Em fevereiro de 2019, o Jornal Nacional transmitiu os dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha, na qual realizou uma pesquisa sobre a violência contra mulheres no Brasil e concluiu que mais de 500 foram agredidas fisicamente e 177 foram espancadas a cada hora em 2018. Continuamente a proporção desses números não é notada pela sociedade, pelo fato de que a maioria das vezes a violência ocorre de maneira silenciosa e não tem a divulgação nos canais de comunicação de forma ampla. Esta condição contribui para aumentar a complexidade do problema da violência contra a mulher, posto que a vítima se silencie, as testemunhas (quando existentes) permanecem em silêncio, contribuindo para que o agressor ganhe maior segurança para praticar mais a violência.

[...] Permanece, portanto a situação de uma grande catástrofe, uma verdadeira epidemia ocorrendo de forma silenciosa, uma vez que se destacam alguns episódios, mas não se tem a percepção da dimensão total deste grave problema, com grande repercussão social [...] (CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE, 2007, p. 18).

Deste modo, a violência contra a mulher é um fenômeno que supera quaisquer barreiras, seja ela questões sociais, econômicas, raça/etnia, empoderamento, entre outros, e pode se manifestar de várias formas. Apesar das diversas conceituações sobre a violência contra mulher e violência doméstica, alguns teóricos, como Schraiber, encontram dificuldades para definir esse fenômeno. Dessa forma, consideram mais fácil classificar a violência para melhor compreendê-la. No estudo “*Violência dói e não é direito: violência contra a mulher, saúde e*

direitos humanos”, desenvolvido por Schraiber et al. (2005), a violência contra a mulher é classificada em três tipos: física, psicológica e sexual. Para o autor o primeiro tipo de violência abrange “tapas, empurrões, chutes, bofetadas, puxões de cabelo, beliscões, mordidas, queimaduras, tentativa de asfixia, ameaça com facas e tentativas de homicídio”.

O segundo tipo compreende de “humilhações, ameaças de agressões, privação de liberdade, impedimento ao trabalho, danos propositais a objetos queridos, a animais de estimação, danos ou ameaça a pessoas queridas”. A exemplo da violência psicológica, Minayo (2006) acrescenta ao pensamento de Schraiber, como sendo o fato de desqualificar a mulher através de piadas e ironias, menosprezar e ofender o corpo, insinuar que tem amante, ofender a moral da família, desrespeitar o seu trabalho dentro ou fora de casa e ainda, criticar de modo depreciativo e incessantemente sua atitude como mãe e mulher por meio de frases ofensivas.

Por fim, o terceiro engloba expressões verbais ou corporais que não agrada a pessoa, toques não desejados, “exibicionismo e voyeurismo”, prostituição, pornografia e relações sexuais forçadas. Para Minayo (2006, p. 97) o fato de colocar a saúde da mulher em risco já é considerado uma violência, principalmente se forçar relação sexual estando a mulher doente ou com algum problema, além de não aceitar a utilização de métodos contraceptivos, o estupro e o assédio moral. Da mesma forma, o artigo 7º da Lei Maria da Penha (nº 11.340), também classifica a violência em tipos, porém adiciona mais duas tipologias em relação às definidas por Schraiber.

O capítulo dois visa exemplificar quais são as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause

prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL. 2006).

De acordo com a citação acima, referente o capítulo II da Lei Maria da Penha, os parágrafos II, IV e V abordam respectivamente a violência psicológica, patrimonial e moral, que apesar de serem práticas violentas recorrentes, muitas mulheres não percebem por já estarem em uma relação abusiva e associar tais atitudes como “normais”, momentâneas, ocasionada ao estresse ou em muitos casos se acharem culpadas pela violência. Essa invisibilidade da mulher em relação à agressão é notada por Santos e Galinkin (2016, p. 259) quando afirma que “nem sempre as mulheres em tais situações percebem essa experiência como um ato violento”. Nesse sentido Schraiber et. al (2005) salientam que mesmo diante de agressões e abusos, algumas vítimas não nomeiam essas vivências como uma violência, por compreenderem que essas situações de agressão e abuso são praticadas por estranhos e não perpetrada pelo parceiro íntimo.

Considerando tais tipos de violência, observa-se que as mulheres estão expostas a sofrer diversos tipos de violência como a misoginia, o feminicídio, violência de gênero, patrimonial, psicológica e a violência doméstica. Em muitos casos, as consequências dessas violências pesam sobre a saúde da mulher, na qual ocasiona diversos problemas. A publicação “*Pancada de amor dói e adoce*”¹³ (2007)

¹³ OLIVEIRA, Eliany. Pancada de amor dói e adoce: violência física contra mulheres. Sobral, CE: Edições UVA, 2007. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/vx5nec>. Acesso em: 06 nov. 2019.

sob-responsabilidade de Eliany Nazaré Oliveira é um estudo voltado para o aprofundamento das causas e consequências das violências que atinge as mulheres, e no mesmo, a autora enfatiza as consequências desse fenômeno e as classifica como fatais e não fatais, descrevendo que as fatais levam a morte, como homicídio, suicídio, mortalidade resultante de algum fator da violência, como uma infecção sexualmente transmissível e as não-fatais, por sua vez, estão destinadas a consequência da saúde física e mental, sendo:

[...] lesões, deficiência funcional, sintomas físicos, invalidez, obesidade grave; estresse pós-traumático. Depressão, ansiedade, fobias, distúrbio alimentares, disfunção sexual, baixa autoestima, abuso de substâncias. Nelas constam, ainda, os comportamentos negativos, como consumo abusivo de tabaco, de álcool e drogas, comportamento sexual de risco e inatividade física. E finalmente as incluídas na saúde reprodutiva, como: gravidez indesejada, distúrbios ginecológicos, complicações da gravidez, doença inflamatória pélvica (POPULATION REPORTS, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Em muitos casos as consequências da violência pode se manifestar no modo como as mulheres apresentam suas reações e seus comportamentos. Após o ato de agressão, de alguma opressão ou ofensa é inevitável que se fique triste, com raiva e na maioria das vezes sintam medo, mas mesmo sendo vítimas, muitas mulheres se sente culpadas pela violência que estão sofrendo. Quanto ao sentimento de culpa, Langley e Levy (1980) acreditam que a mulher em situação de agressão não menciona o ocorrido por causa da culpa sentida, visto que ao mencionar o fato o problema da culpa viria à tona, fazendo-a se sentir mal novamente, assim por conta da culpa, o fenômeno não se torna visível. Além da culpa, um sentimento muito comum das mulheres que sofrem violência é a vergonha; as mulheres se sentem envergonhadas de ter sofrido ou estar sofrendo qualquer violência e em função disso, oculta a ação das pessoas ao seu redor, sendo mais uma atitude que inviabiliza a violência. Acerca disso, as autoras Langley e Levy (1980, p. 46) baseando-se nas experiências de mulheres vítimas de violência física que foram abordadas no seu livro¹⁴, expõem que as “mulheres não contam nem mesmo aos parentes ou às suas amigas mais íntimas que foram agredidas”, deste modo, os comportamentos das mulheres passam a ser mais reservados e muitas começam a

¹⁴ “Mulheres espancadas: fenômeno invisível”,

se afastar do seu ciclo social. Esses sentimentos estão relacionados à cultura de gênero, como pontuado por Oliveira:

Quando identifico nas vítimas sentimentos como raiva, desgosto, mágoa, vergonha e tristeza, posso imaginar que estes surgiram condicionados à cultura de gênero, que é e foi determinada pela história e normas de um povo (OLIVEIRA, 2007, p. 92).

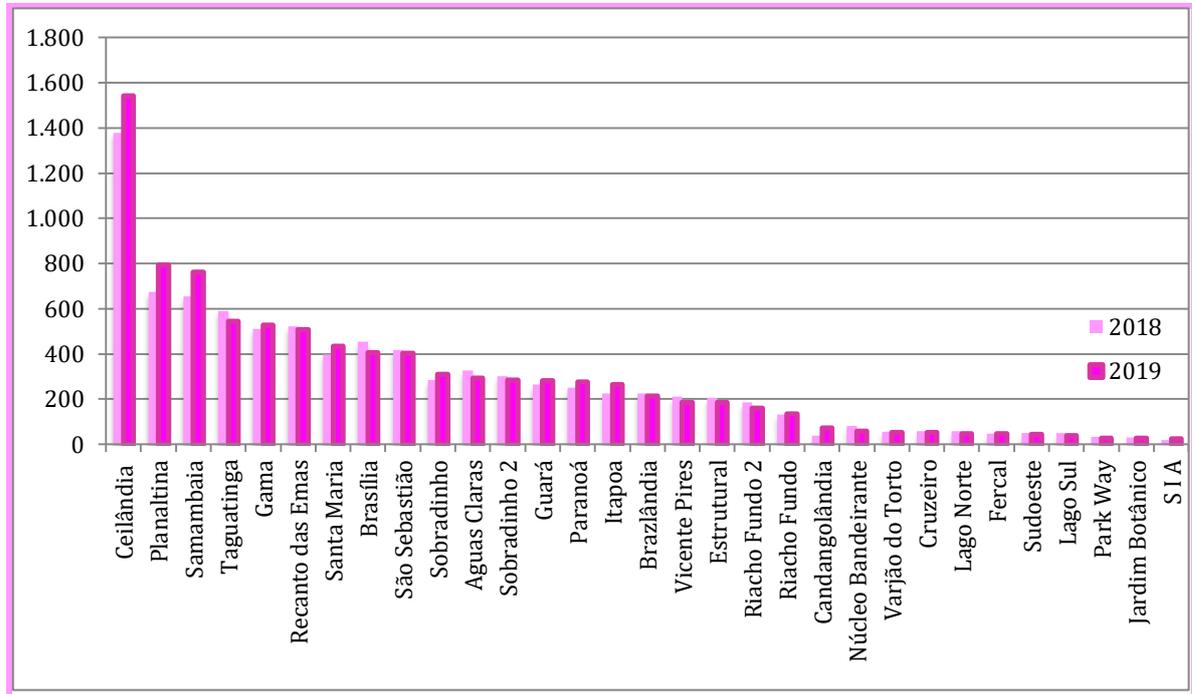
Com isso, após a situação de violência, as mulheres ainda sofrem com o estresse, a ansiedade e algumas fobias, frutos dos socos, tapas e psicológico atingido, além de influenciar na transformação dos seus comportamentos. É notável que a violência canalizada a mulher tem se potencializado e crescido consideravelmente diante da sociedade culturalmente opressora, por serem atitudes herdadas do patriarcado e do machismo, como explicitado por Muraro e Boff (2002) no livro *“Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças”*. Em relação a isso, Oliveira (2007, p. 92) defende que os contextos e determinantes da violência, principalmente a física, podem ser discutidos sob a perspectiva cultural e completa que os “desencadeadores da violência, como as ofensas, humilhação, traição, alcoolismo, abuso sexual, não surgem por acaso, eles foram corporificados e reproduzidos em nosso meio com a ajuda da cultura”. Essa realidade não é distante do Brasil e tem sido divulgada diariamente, em vista das ocorrências constantes de atos violentos contra a mulher.

A partir da verificação das Regiões Administrativas¹⁵ do Distrito Federal, os gráficos e as tabelas a seguir apresentam de forma sintetizada o *ranking* total do DF e a variação da quantidade de casos ocorridos entre um ano e outro sobre o índice da violência praticada contra as mulheres¹⁶.

¹⁵ No total são trinta e quatro Regiões Administrativas. Recentemente, o Governador de Brasília, criou mais três novas regiões no DF. É possível acompanhar a lista completa com os novos administradores na seguinte reportagem: “Ibaneis cria mais 3 regiões no DF e dá ultimato a equipe: resultados precisam aparecer em 100 dias”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/04/ibaneis-cria-mais-3-regioes-no-df-e-da-ultimato-a-equipe-resultados-precisam-aparecer-em-100-dias.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2019.

¹⁶ Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 18 set. 2019

Gráfico 1 - Violência doméstica: Comparativo do período de janeiro a julho dos anos de 2018 e 2019, por Região Administrativa.



Fonte: Elaboração baseada nos dados fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública do DF.

Tabela 1 – Crimes de Violência Doméstica por Região Administrativa do DF.

| VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI MARIA DA PENHA | | | | | |
|---|-----------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Ranking (2019) | Região Administrativa | Janeiro a Julho | | Variação | |
| | | 2018 | 2019 | (%) | Quantidade |
| 1º | Ceilândia | 1378 | 1542 | 12% | 164 |
| 2º | Planaltina | 674 | 792 | 18% | 118 |
| 3º | Samambaia | 655 | 761 | 16% | 106 |
| 4º | Taguatinga | 590 | 544 | -8% | -46 |
| 5º | Gama | 512 | 527 | 3% | 15 |
| 6º | Recanto das Emas | 523 | 509 | -3% | -14 |
| 7º | Santa Maria | 398 | 434 | 9% | 36 |
| 8º | Brasília | 453 | 406 | -10% | -47 |
| 9º | São Sebastião | 418 | 404 | -3% | -14 |
| 10º | Sobradinho | 285 | 310 | 9% | 25 |
| 11º | Águas Claras | 326 | 294 | -10% | -32 |
| 12º | Sobradinho 2 | 301 | 284 | -6% | -17 |
| 13º | Guará | 264 | 282 | 7% | 18 |
| 14º | Paranoá | 250 | 277 | 11% | 27 |
| 15º | Itapoá | 225 | 264 | 17% | 39 |
| 16º | Brazlândia | 225 | 215 | -4% | -10 |
| 17º | Vicente Pires | 210 | 185 | -12% | -25 |
| 18º | Estrutural | 204 | 185 | -9% | -19 |
| 19º | Riacho Fundo 2 | 185 | 160 | -14% | -25 |
| 20º | Riacho Fundo | 132 | 136 | 3% | 4 |
| 21º | Candangolândia | 39 | 72 | 85% | 33 |
| 22º | Núcleo Bandeirante | 80 | 58 | -28% | -22 |
| 23º | Varjão do Torto | 56 | 54 | -4% | -2 |
| 24º | Cruzeiro | 59 | 52 | -12% | -7 |
| 25º | Largo Norte | 58 | 48 | -17% | -10 |
| 26º | Fercal | 48 | 47 | -2% | -1 |
| 27º | Sudoeste | 50 | 44 | -12% | -6 |
| 28º | Lago Sul | 50 | 39 | -22% | -11 |
| 29º | Park Way | 34 | 28 | -17% | -6 |
| 30º | Jardim Botânico | 29 | 28 | -2% | -1 |
| 31º | SIA | 20 | 25 | 25% | 5 |
| TOTAL | | 8731 | 9006 | 3,1% | 3275 |

Fonte: Elaboração baseada nos dados fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública do DF. **Obs.:** Dados do ano 2019 atualizados em 01/08/2019.

No que se refere ao feminicídio consumado, as cinco Regiões Administrativas com maior incidência são Taguatinga, Brasília, Gama, Paranoá e Sobradinho.

Tabela 2 - Números absolutos dos crimes de homicídio (feminicídio consumado) por Região

| FEMINICÍDIO CONSUMADO | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|------------------|-----------|----------|------------|
| Ranking (2019) | Região Administrativa | Janeiro a Agosto | | Variação | |
| | | 2018 | 2019 | (%) | Quantidade |
| 1º | Taguatinga | 0 | 4 | | 4 |
| 2º | Brasília | 3 | 3 | | 0 |
| 3º | Gama | 1 | 2 | | 1 |
| 4º | Paranoá | 0 | 2 | | 2 |
| 5º | Sobradinho | 0 | 2 | | 2 |
| 6º | Sobradinho 2 | 1 | 1 | | 0 |
| 7º | Santa Maria | 2 | 1 | | -1 |
| 8º | Itapoá | 1 | 1 | | 0 |
| 9º | Samambaia | 2 | 1 | | -1 |
| 10º | Cruzeiro | 0 | 1 | | 1 |
| 11º | Vicente Pires | 0 | 1 | | 1 |
| 12º | Planaltina | 1 | 0 | | -1 |
| 13º | Guará | 1 | 0 | | -1 |
| 14º | Ceilândia | 4 | 0 | | -4 |
| 15º | Riacho Fundo 2 | 2 | 0 | | -2 |
| 16º | São Sebastião | 1 | 0 | | -1 |
| 17º | Recanto das Emas | 1 | 0 | | -1 |
| TOTAL | | 20 | 19 | | -1 |

Fonte: Elaboração baseada nos dados fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública do DF.

Os crimes de tentativa de feminicídio correspondem ao total de 44 crimes em 2018 e 62 tentativas em 2019. A variação do crime aumentou consideravelmente em algumas regiões administrativas. Conforme apresentado na Tabela 3:

Tabela 3 - Números absolutos dos crimes de tentativa de homicídio (feminicídio tentado) por Região.

| TENTATIVA DE FEMINICÍDIO | | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|-----------|--------------|------------|
| Ranking (2019) | Região Administrativa | Janeiro a Agosto | | Variação | |
| | | 2018 | 2019 | (%) | Quantidade |
| 1º | Ceilândia | 7 | 17 | | 7 |
| 2º | Recanto das Emas | 4 | 7 | | 3 |
| 3º | Samambaia | 2 | 6 | | 4 |
| 4º | Santa Maria | 4 | 5 | | 1 |
| 5º | Estrutural | 1 | 4 | | 3 |
| 6º | Paranoá | 2 | 4 | | 2 |
| 7º | Gama | 2 | 3 | | 1 |
| 8º | Planaltina | 5 | 3 | | -2 |
| 9º | Águas Claras | 1 | 2 | | 1 |
| 10º | Lago Norte | 0 | 2 | | 2 |
| 11º | Taguatinga | 5 | 2 | | -3 |
| 12º | Itapoá | 1 | 1 | | 0 |
| 13º | Fercal | 1 | 1 | | 0 |
| 14º | Sobradinho | 1 | 1 | | 0 |
| 15º | São Sebastião | 1 | 1 | | 0 |
| 16º | Riacho Fundo 2 | 3 | 1 | | -2 |
| 17º | Vicente Pires | 1 | 1 | | 0 |
| 18º | Brasília | 1 | 1 | | 0 |
| 19º | Sobradinho 2 | 1 | 1 | | 0 |
| 20º | Brazlândia | 0 | 1 | | 1 |
| 21º | Guará | 0 | 1 | | 1 |
| 22º | Jardim Botânico | 1 | 0 | | -1 |
| TOTAL | | 44 | 62 | 40,9% | 18 |

Fonte: Elaboração baseada nos dados fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública do DF.

Obs. Dados do ano 2019 atualizados em 02/09/2019.

Os crimes contra dignidade sexual, que inclui estupro, estupro de vulnerável e importunação sexual no Distrito Federal, podem ser interpretados quanticamente a partir da análise da Tabela 4.

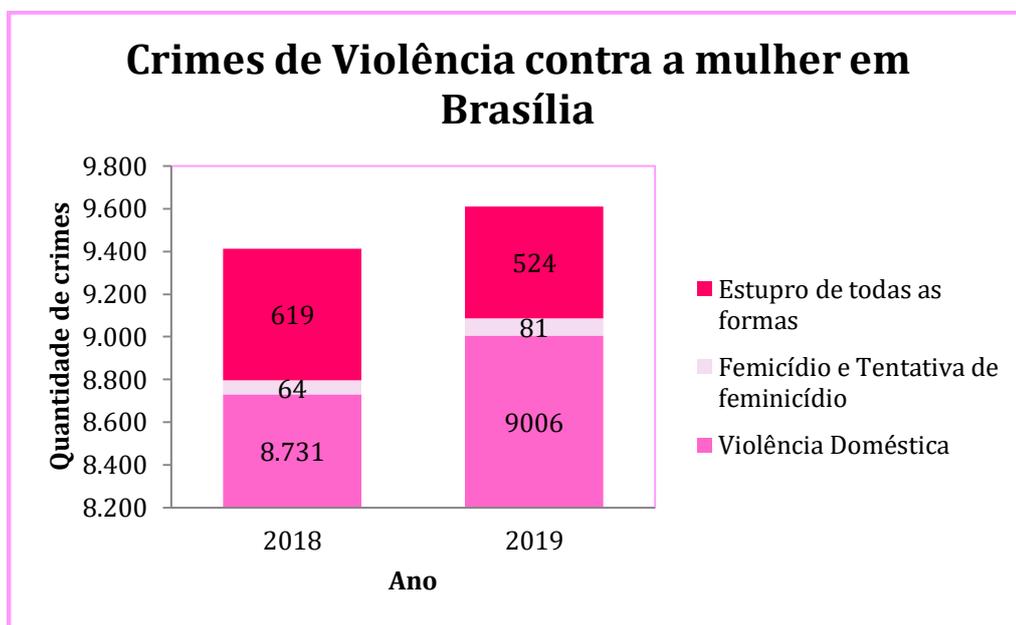
Tabela 4: Crimes de Estupro (todas as formas–crime complexo), por Região Administrativa.

| ESTUPRO (INCLUSO TODAS AS FORMAS) | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|------------|------------|---------------|------------|
| Ranking (2019) | Região Administrativa | Jan a Out | | Variação | |
| | | 2018 | 2019 | (%) | Quantidade |
| 1º | Ceilândia | 109 | 105 | -4% | -11 |
| 2º | Samambaia | 49 | 44 | -10% | 1 |
| 3º | Taguatinga | 35 | 40 | 14% | 3 |
| 4º | Planaltina | 49 | 40 | -18% | 5 |
| 5º | Recanto das Emas | 43 | 29 | | -14 |
| 6º | São Sebastião | 29 | 28 | | -1 |
| 7º | Gama | 20 | 27 | | 7 |
| 8º | Brasília | 30 | 22 | | -8 |
| 9º | Santa Maria | 28 | 21 | | -7 |
| 10º | Sobradinho 2 | 28 | 19 | | -9 |
| 11º | Paranoá | 23 | 18 | | -5 |
| 12º | Sobradinho | 32 | 17 | | -15 |
| 13º | Itapoá | 13 | 14 | | 1 |
| 14º | Brazlândia | 20 | 13 | | -7 |
| 15º | Águas Claras | 13 | 12 | | -1 |
| 16º | Estrutural | 14 | 11 | | -3 |
| 17º | Vicente Pires | 17 | 10 | | -7 |
| 18º | Guará | 19 | 10 | | -9 |
| 19º | Riacho Fundo | 7 | 7 | | 0 |
| 20º | Riacho Fundo 2 | 15 | 6 | | -9 |
| 21º | Lago Sul | 5 | 6 | | 1 |
| 22º | Fercal | 2 | 5 | | 3 |
| 23º | Cruzeiro | 3 | 4 | | 1 |
| 24º | Park Way | 2 | 4 | | 2 |
| 25º | Núcleo Bandeirante | 5 | 3 | | -2 |
| 26º | Lago Norte | 2 | 3 | | 1 |
| 27º | Sudoeste | 0 | 2 | | 2 |
| 28º | Varjão do Torto | 2 | 2 | | 0 |
| 29º | Candangolândia | 2 | 2 | | 0 |
| 30º | SAI | 2 | 0 | | -2 |
| 31º | Jardim Botânico | 1 | 0 | | -1 |
| TOTAL | | 619 | 524 | -15,3% | -95 |

Fonte: Elaboração baseada nos dados fornecidos pela Secretária de Estado da Segurança Pública do DF.

Diante dos dados expostos, é possível concluir como a violência contra a mulher em Brasília apresenta números elevados em relação de um ano ao outro. Para ter uma visualização melhor sobre os crimes praticados contra a mulher, o gráfico a seguir resume o total de crimes ocorridos em 2018 e em 2019.

Gráfico 2 – Total de crimes contra a mulher no DF.



Fonte: Elaboração própria.

Para tentar diminuir estes números e garantir a segurança das mulheres é possível encontrar na Lei meios para se proteger, como exemplo, a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104), a Lei nº 12.015 que trata dos crimes contra a dignidade sexual e a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). O feminicídio é considerado um crime de ódio contra a mulher, é definido amplamente como o assassinato de mulheres, independente da idade ou da raça. A definição do feminicídio se dá por alguns autores em diversas perspectivas.

Diante do tema, Russell e Harmes (2006) descrevem o feminicídio como uma pequena parte visível da violência contras meninas e mulheres, que é caracterizada pela violação dos direitos humanos das mulheres. Completam que o gênero é o dominador comum desses crimes, uma vez que, as meninas e as mulheres são violentadas com crueldade, justamente pelo fato de serem mulheres. As autoras salientam que essa violência é resultado da misoginia ao extremo e sua explicação se dá pelo domínio do gênero que é caracterizado pela supremacia masculina e pela

opressão, discriminação e exploração, principalmente sobre a exclusão de mulheres. Nesse sentido, Lagarde (2004, p.5) denomina feminicídio como o “conjunto de delitos de lesa humanidade que contém os crimes e os desaparecimentos de mulheres”. A autora descreve esse delito, como um crime de Estado, visto que o Estado não dá “garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer” e por esse motivo, é devido à impunidade das autoridades que tal crime se sustenta até hoje em dia, ou seja, o Estado tem se ausentado em certa medida, sobre essa temática, e em decorrência disso há a impunidade, pois os crimes contra as mulheres não são punidos, pois não têm a devida atenção das autoridades governamentais e em consequência disso, o feminicídio se perpetua no dia a dia.

A Lei do feminicídio foi sancionada no dia 09 de março de 2015 e tem como objetivo prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, dessa maneira, agora o assassinato de mulher por questões do gênero passa a ser incluído entre os tipos de homicídio qualificado. Diante disso, Adriana Mello¹⁷, descreve a especificação da lei 13.104/15:

De maneira específica, a Lei n. 13.104/15 considera feminicídio quando o crime é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: quando envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos (MELLO, 2015, p. 49).

Na íntegra, conforme a Constituição Federal, a Lei altera o art. 121 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, a Lei é sancionada da seguinte forma:

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

¹⁷ Juíza de Direito do Estado do Rio de Janeiro.

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima”. (NR). (BRASIL, 2015)

De acordo com Mello (2015), a edição da Lei do feminicídio completa o sistema de proteção às mulheres no Brasil.

Ao visualizar os dados sobre estupro no DF conclui-se que tem sido um crime recorrente e tem causado muitas vítimas, a partir dessa realidade, outra medida importante para amparar a mulher e tentar zerar este crime de abuso sexual é a Lei 12.015/2009 que trata sobre o crime hediondo, crime contra a liberdade sexual, estupro, tráfico internacional, exploração sexual, prostituição, corrupção de menores. No capítulo I da Lei, trata-se de três tipos de crime, o primeiro recebe o título “*Dos crimes contra a dignidade sexual*”, inclui o estupro como sendo “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”; A violação sexual mediante fraude: “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima” e por fim o assédio sexual. (BRASIL, 2009).

Outra forma de auxiliar as mulheres, principalmente aquelas que são vítimas de violências diversas, é por meio das contribuições informacionais da Lei Maria da Penha. Com a Lei Maria da Penha, foram criados mecanismos para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Também dispôs sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006; BRASIL, 2012). A LMP pode ser compreendida, a partir da sua ementa como a:

Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006).

Segundo Campos (2015), a Lei Maria da Penha é o principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Dentre as suas principais prerrogativas, a Lei destaca-se a definição do que é e quais são as formas de violência; o estabelecimento das estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, em rede, articulando as três esferas do poder sendo o Executivo, Legislativo e Judiciário e a criação das medidas protetivas de urgência e

extrapenais, de caráter preventivo, que visam intervir no contexto cultural para alterar as noções estereotipadas de gênero (BANDEIRA, 2014; CAMPOS, 2015).

A LMP entrou em vigor em setembro de 2006, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo¹⁸. A criação desta Lei foi resultado de 15 anos de luta, quando em 1991 foi anulado o julgamento de Marco Antonio Herredia Viveros que tentou assassinar sua esposa por duas vezes. Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima da violência de gênero, violência doméstica e do feminicídio, em virtude de ter sofrido a primeira tentativa de homicídio, ao levar um tiro nas costas enquanto dormia, na qual a deixou paraplégica, tal delito foi denunciado, mas nada se fez. Meses depois, Marco Antonio pratica a segunda tentativa de homicídio, quando empurrou Maria da cadeira de rodas e tentou dar choques nela embaixo do chuveiro. Diante disso, a denúncia foi feita, mas foi apresentada ao Ministério Público no ano seguinte e só após oito anos ocorreu o primeiro julgamento. De fato, o marido só foi preso em 2002. Por conta da tamanha negligência à Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁹, condenou o Brasil por ser omissivo a violência doméstica e como punição teve-se as recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência. Por isto, a Lei se deu em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso e graças ao seu caso deu visibilidade a violência contra a mulher.

Atualmente, mesmo com a LMP muitas mulheres continuam correndo riscos e lutando para ter uma vida de paz e sem agressões. Apesar de a política olhar para as mulheres que estão em situações de violências, ainda existem muitas falhas nas leis, que infelizmente contribuem para que a mulher continue sendo vítima. A maioria das mulheres vítimas de violência doméstica e das demais continuam na situação de violência, uma vez que não denunciam a agressão, porque não conseguem assistência nem proteção das autoridades, sendo vítimas de ameaças piores e de

¹⁸ Os julgamentos dos casos de violência doméstica eram julgados como crime de menor potencial ofensivo, conforme estabelecido na Lei 9.099/1995 – Lei dos Jecrim. A maior parte das manifestações pró judicialização da violência doméstica era a retirada do status de crimes de menor potencial ofensivo que poderiam ser julgados de modo não judicial nos juizados especiais. A dinâmica utilizada pelos os juizados não aplicavam penalidade, eram aplicadas as famosas penas de cestas básicas, serviços comunitários e etc. Isso fez com que os movimentos de mulheres, como o feminismo, se mobilizassem para a criação de uma Lei mais rigorosa capaz de reconhecer a devida gravidade dos casos de violência doméstica.

¹⁹ A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”.

agressões mais violentas dos seus companheiros/maridos/cônjuges/namorados. Assim sendo, conforme o DataSenado (2015) no Relatório de violência doméstica e familiar contra a mulher²⁰, o que leva a mulher a não denunciar a agressão sintetiza em:

Quadro 1 - Fatores que influenciam as mulheres a não denunciar seus agressores

| MOTIVOS | TOTAL |
|--|-------|
| Medo do agressor | 74% |
| Dependência financeira | 36% |
| Preocupação com os filhos | 34% |
| Não existir punição e ter vergonha da agressão | 30% |
| Acreditar que seria a última vez | 22% |
| Não conhecer seus direitos | 19% |

Fonte: Elaboração baseado nos dados do DataSenado.

Os motivos que impedem a vítima de entregar seu agressor a autoridades competentes são fatores suficientes para que elas continuem presas no ambiente de violência, sendo incapaz de enfrentar o agressor. Em razão disso, o ciclo do silêncio e da invisibilidade continua penetrados o que dificulta o rompimento da violência e o cessamento da mesma. Ferreira e Cortes (2017) relatam as dificuldades de sanar a violência e destacam que alguns dos fatores contribuintes para isso são [...] à deficiência do sistema judicial na aplicação efetiva da legislação e à falta de informação sobre a existência de órgãos de atendimento [...]. (p.24). Frente a esta temática, além das medidas protetivas/segurança pública a comunicação e a informação são ferramentas essenciais no contexto social, capaz de reduzir as desigualdades sociais e interromper a violência doméstica. Visto que, a informação contribui para a construção do processo social e educativo e a comunicação é capaz de gerar visibilidade aos crescentes atos de violência.

²⁰Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio_Violncia_Mulher_v9formatado.pdf
Acesso: 16. set. 2019.

2.1.2 *Violência contra a mulher em foco: projetos, campanhas, séries e filmes que retratam a violência*

Perante o grande número da violência contra a mulher expresso nos gráficos e nas tabelas, e por ser um assunto que está em evidência atualmente, se tem a criação de diversos projetos que exprimem os casos, relatos e histórias de mulheres que foram vítimas da violência contra a mulher. Além disso, é possível interpretar o fenômeno da violência no meio cultural e de entretenimento, uma vez que essa realidade também é abordada em filmes e documentários, por exemplo. Ter um espaço destinado a fala da violência contra a mulher é importante pois permite uma maior visibilidade sobre o assunto, além de prevenir a violência. Em Brasília, a criação de projetos e campanhas diante da temática tem sido recorrentes.

2.1.2.1 O DF frente ao combate da violência: projetos e campanhas como medidas de prevenção à violência contra a mulher

No início do ano de 2019 teve-se a fundação do projeto *Elas por Elas*, no DF criado pelo Metrôpoles²¹. O projeto editorial consta com o objetivo de dar visibilidade às tragédias provocadas pela violência contra a mulher, aproximar o leitor dessa realidade e provocar empatia à frente desses casos, para assim conseguir interromper a indiferença diante dos pedidos de socorro de tantas brasileiras. Assim, o projeto conta com ajuda de profissionais (do sexo feminino) que contarão as histórias de todas as mulheres mortas em razão do feminicídio no Distrito Federal.

A seguir, baseado no trabalho das profissionais²² do Metrôpoles, uma síntese das histórias das mulheres que foram humilhadas, machucadas e assassinadas por pessoas, na maioria das vezes do seu convívio, da sua confiança e que possuía sentimentos.

²¹ Metrôpoles é um jornal diário online brasileiro fundado em 8 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.metrololes.com/>.

²² Jornalistas, fotógrafas, artistas gráficas e cinegrafistas.

| | Nome | Data do crime | Idade | Agressor | Feminicídio | Localização |
|----|-----------------------|----------------------|--------------|------------------------|---|--------------------|
| 1 | Vanilma dos Santos | 05/01 | 30 | Companheiro | Esfaqueada | Gama |
| 2 | Diva Maria | 28/01 | 69 | Companheiro | 5 tiros | Asa Norte |
| 3 | Veiguima Martins | 30/01 | 56 | Companheiro | 5 facadas e depois teve seu corpo queimado | Asa Norte |
| 4 | Cevilha Moreira | 10/03 | 45 | Namorado | Facada | Sobradinho |
| 5 | Maria Gualdêncio | 17/03 | 52 | Namorado | Golpeada na nuca e 5 facadas | Itapoã |
| 6 | Edileuza de Lima | 29/03 | 68 | Relacionamento virtual | Axifiada usando uma sacola plástica e um cabo USB | Taguatinga Norte |
| 7 | Isabella Borges | 31/03 | 25 | Ex-marido | 1 tiro no rosto | Paranoá |
| 8 | Luana Bezerra | 14/04 | 28 | Companheiro | 4 facadas nas costas e uma no pescoço | Sobradinho II |
| 9 | Eliane Maria | 21/04 | 49 | Cunhado | Facada no peito | Gama Leste |
| 10 | Jacqueline dos Santos | 04/05 | 39 | Ex-Marido | 3 facadas | Santa Maria |

| | | | | | | |
|----|--------------------|-------|----|----------------------|--------------------------|----------------------|
| 11 | Cácia Regina | 09/05 | 47 | Ex-Marido | Ácido Sulfúrico no rosto | Sobradinho |
| 12 | Maria de Jesus | 09/05 | 29 | Companheiro | Facada no peito | Taguatinga |
| 13 | Débora Tereza | 20/05 | 43 | Ex-Marido | Tiro | Plano Piloto |
| 14 | Francisca Naíde | 12/06 | 57 | Companheiro | Tiro | Cruzeiro Novo |
| 15 | Genir de Sousa | 12/06 | 47 | Desconhecido | Enforcamento | Paranoá a Taguatinga |
| 16 | Joyce Azevedo | 22/07 | 21 | Namorado | Tiro | Taguatinga Sul |
| 17 | Iran Francisca | 20/07 | 68 | Filho | Picareta | Taguatinga |
| 18 | Maria Almeida | 08/08 | 68 | Sobrinho | Cabo de rodo na garganta | Paranoá |
| 19 | Iran Francisca | 20/08 | 68 | Filho | Picareta | Taguatinga |
| 20 | Letícia Melo | 23/08 | 26 | Desconhecido | Esganada | Planaltina |
| 21 | Talita Lavôr | 26/08 | 38 | Companheiro Suspeito | Não solucionado | Vicente Pires |
| 22 | Cristiane M. de Sá | 29/08 | 41 | Namorado | Esfaqueada | Samambaia |

| | | | | | | |
|----|--------------------|-------|----|--|-------------------------|-------------------------|
| 23 | Pedrolina Silva | 01/09 | 50 | Desconhecido | Vítima de estupro | Próximo ao Lago Paranoá |
| 24 | Lilian Nunes | 12/09 | 25 | Ex-namorado | Facadas | Sobradinho |
| 25 | Greisielle Feitoza | 15/09 | 31 | Companheiro | Esfaqueada até a morte. | Ceilândia |
| 26 | Queila Martins | 26/09 | 43 | Companheiro | Facada | Fercal |
| 27 | Adriana Maria | 29/09 | 29 | Marido | 32 facadas | Riacho Fundo |
| 28 | Tatiana da Costa | 30/09 | 35 | Companheira | 90% do corpo queimado | Santa Maria |
| 29 | Noélia Oliveira | 17/10 | 38 | Vizinho (Relacionamento extraconjugal) | Tiro no rosto | Vicente Pires |
| 30 | Renata dos Santos | 01/11 | 25 | Marido | Espancamento | São Sebastião |

O resultado desse projeto demonstra que a maioria dos crimes são ocasionados por pessoas próximas do gênero masculino e na maioria dos casos se dá por motivos injustificáveis. Assim, pode-se compreender que o Distrito Federal encontra resquícios da cultura patriarcal e da misoginia.

Em abril de 2019, a Subsecretária de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, promoveu a 7ª edição do curso Maria da Penha vai à Escola com o propósito de permitir a “formação de profissionais da educação para o trabalho de esclarecimento da comunidade escolar quanto aos direitos das mulheres em situação de violência, sobretudo os trazidos pela Lei Maria da Penha” como pontuado pela coordenadora do projeto. O curso foi realizado em cinco encontros e

durante a formação os temas se referiam a legislação, incluindo medidas protetivas, além de identificar as redes de proteção das mulheres no DF, potencializando o papel da escola como agente de proteção as mulheres.

Posteriormente, o GDF lança uma campanha direcionada para a importância da denúncia contra a violência doméstica. A campanha ocorreu em julho de 2019 e apresentou peças publicitárias localizadas nas paradas e traseiras de ônibus. O ponto central é estimular os vizinhos, amigos e familiares a ligarem para as autoridades denunciando as agressões, isto devido o slogan da campanha que se resume em: “É tempo de ação contra o feminicídio. A nossa é proteger. A sua é denunciar”, nesse sentido o fato se refere em que não é preciso ser a vítima para denunciar as agressões. A campanha apresenta um vídeo que mostra a ligação de uma mulher denunciando um caso de agressão e violência doméstica. Assim que a atendente atende a mulher explica toda a situação e em seguida é perguntada se o agressor ainda está em casa, diante do questionamento a denunciante responde que não sabe, pois é apenas a vizinha do casal. Em seguida, um letreiro incentiva que denúncias sejam feitas à Central de Atendimento à Mulher -Disque 180. Com isso, a ação convida a sociedade a repensar e se mobilizar diante da violência doméstica.

Com a mesma finalidade de dar visibilidade a violência contra a mulher, foi destinado na rodoviária do Plano Piloto um espaço para debater o tema. A ação é uma iniciativa da rede Globo e conta com o auxílio da Defensoria Pública do Distrito Federal, na qual atende quem precisa de ajuda. O serviço ocorreu gratuitamente, das 11 as 17h dos dias 14 a 16 de outubro. O objetivo do estande é chamar atenção para a problemática que é a violência contra a mulher e orientar sobre como denunciar. A ação distribuiu um folheto explicativo, nomeado como *violentômetro*, que alertava todos os casos de violência possível, onde começa com piadas e se propaga até o feminicídio. A partir dessa iniciativa, uma série de reportagens no DF1 debateu o assunto. Com o tema “Vida em risco: a violência contra a mulher” a Rede Globo relatou por meio de diversas matérias os casos de violência, explanando sua tipologia, além de exibir os relatos das vítimas e apresentando como funciona a rede de proteção a mulher.

No mês seguinte, em novembro de 2019, começa a execução nos meios de comunicação digital da campanha “Informação é transformação” organizada pela Secretaria da Mulher e inicia o ativismo para eliminação da violência contra as

mulheres, no dia 25 de novembro onde celebra o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres. A atividade será finalizada em 10 de dezembro, no dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A campanha visa desenvolver peças publicitárias de acordo com as orientações da campanha mundial, para dialogar com a sociedade sobre os diversos tipos de violência. A aposta em investir em anúncios publicitários acerca do tema, cresceu a partir da observação do aumento das denúncias de violência contra a mulher e após analisar que o crescimento se deu de fato por conta das campanhas publicitárias, das informações vinculadas na imprensa e das ações governamental para divulgação da importância da denúncia. De acordo com Ericka Filippelli, secretária da Mulher, “informar a população é mais do que uma obrigação do Estado, é um instrumento importante para salvar vidas”. Nesse intento, é responsabilidade da administração pública oferecer o acesso a informação aos cidadãos, uma vez que a informação é considerada um direito fundamental para a sociedade e está previsto na Constituição Federal de 1988, descrita na Lei nº 12.527²³. O direito da informação abrange tanto a liberdade de informação, quanto os direitos à informação. No artigo 5º da Constituição Federal, inciso XIV: é assegurado a todos o acesso à informação [...]. Outro inciso descreve que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral. Assim, a elaboração de projetos com cunho informacional é uma ação primordial para as iniciativas governamentais, posto que as informações contribuam para que as mulheres reconheçam seus direitos e a auxiliem diante da situação vivente.

É possível encontrar em Brasília várias ações visibilizando a temática; a preocupação com o crescente número dos casos de feminicídio tem contribuído para que a prevenção contra a violência seja intensa. Atualmente, além da existência das campanhas e projetos, há em alguns espaços rodas de conversas e debates sobre o problema. A exemplo disso, temos a *Roda de Conversa sobre o Feminicídio*, evento elaborado com o intuito de incentivar as denúncias e debater sobre a masculinidade tóxica²⁴. O projeto acontece nas escolas da rede pública de ensino e já realiza a sua

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm .

²⁴ Geralmente o termo “masculinidade tóxica” é usado para se referir a uma coleção vagamente interligados de normas, crenças e comportamentos associados com a masculinidade, que são prejudiciais para as mulheres, homens, crianças e sociedade em geral, ao qual a própria defesa da masculinidade é ligada à virilidade tóxica, ou seja, os homens são agressivos quando tentam defender e propor um conceito de masculinidade, de tal forma que mostra como o debate sobre o valor normativo de um conceito de masculinidade está ligada ao caráter agressivo, competitivo,

14ª edição, as responsáveis do debate acreditam que é importante que as informações cheguem cedo as crianças e jovens por que a educação tem a capacidade de frear a violência contra as mulheres e a escola pode ser um espaço para esses indivíduos reterem as informações referentes a violência ao gênero feminino e discutirem sobre a questão, por isso as rodas de conversas acontecem no âmbito escolar. Nesse contexto, as universidades também têm disponibilizados espaços para ação de prevenção da violência através da disseminação da informação. Na Universidade de Brasília (UNB), nos dias 29 e 30 de novembro, entidades e movimentos sociais realizarão um seminário constituído de treze horas e meia, com o tema “Violência e gênero: mulheres, vulnerabilidade e violências”. A intenção é promover a análise dos fatores sociológicos que influenciam no cenário da violência e debater as ações e os mecanismos existentes para o enfrentamento à violência contra a mulher, abordando o posicionamento das políticas públicas para promover a igualdade de gênero, e os equipamentos de apoio as vítimas e etc. Os dois dias do encontro visa abordar em geral as temáticas: “Violência contra as mulheres: uma realidade que se agrava”, “Redomesticação das mulheres e o Papel da religião”, Divisão sexual do trabalho e a luta por autonomia e emancipação”, “Sociedades Plurais e o Direito à Diferença”, “Perspectivas e Desafios do Combate à Violência contras as Mulheres”.

É possível também encontrar na UNB, projetos de extensão sobre o tema, como é o caso das Promotoras Legais Populares (PLP), que tem como ação fornecer capacitação em direitos para mulheres. Inicialmente, a ideia surgiu em São Paulo no ano de 1990, onde um grupo criou um espaço de acolhimento para mulheres. Em continuidade ao projeto, em 2005 foi criado como projeto de extensão da Faculdade de Direito na Universidade de Brasília e ocorre em Ceilândia e em São Sebastião com o objetivo de conscientizar as mulheres sobre seus direitos e fazê-las pessoas de referência na sua comunidade. O curso é destinado a mulheres que tem interesse em aprender mais sobre como agir para combater violências contra mulheres. Outro projeto de extensão interessante, também desenvolvido pela Faculdade de Direito da UNB, foi o “Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” – Projeto Maria da Penha. O Projeto é uma parceria

com Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia e com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A ação da extensão propõe dar assistência jurídica e psicológica as mulheres vítimas de violência doméstica. O Projeto Maria da Penha é realizado no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Brasília – NPJ/UNB localizado na Ceilândia – DF, consta com uma atividade contínua, com tempo de duração de 48 meses e carga horária total de 800 horas, disponibiliza atendimentos semanais das mulheres e reuniões mensais dos participantes.

Por conseguinte, a luta para tornar a violência contra a mulher um problema evidente se estende ao ambiente cultural e artístico através dos meios de entretenimento, como filmes e séries, posto que a arte possa ser entendida como uma manifestação política e social na qual repudia o discurso de violência. Em razão disso, ao longo do percurso cinematográfico, é possível encontrar clássicos que tocam no tema.

2.1.2.2 O retrato da violência contra a mulher diante das telas

Unir a temática da violência contra as mulheres com os meios de comunicação é um avanço para a tentativa de acabar com a violência do gênero, dado que divulgar o assunto contribui para evidenciar a problemática e criar mecanismos para enfrentá-la. De modo geral, os filmes têm o propósito de transmitir mensagens e informações capazes de contribuir para a vida do telespectador, desse jeito, a existência de filmes com a narrativa direcionada para a violência pode auxiliar as vítimas e demonstrar como se desenvolve o ciclo violento, sendo um recurso para debater e discutir sobre o assunto de fato.

Em 1984, o filme americano escrito por Rose Leiman Goldemberg, baseado em uma história real, estreia como um marco de conteúdo e conseguiu representar a violência doméstica com um ato horrendo como de violação dos direitos humanos. Sob o título de “The Burning Bed”, a trama retrata a história de treze anos de abuso doméstico da dona de casa Francine Hughes, que sofre agressões do seu marido. Durante o filme todos os tipos de violências são abordados, a mulher é violentamente abusada, humilhada, mantida em cárcere privado, espancada e estuprada. Mesmo em busca de ajuda, a dona de casa não consegue nenhum

apoio. Após as incansáveis violências sofridas, para colocar um fim nessa situação Francine coloca fogo na cama do marido enquanto ele dormia e foge com os filhos.

O suspense *Sleeping with the Enemy* (Dormindo com o inimigo) de 1991, exhibe um casamento de quatro anos em que o casal personalizam o casamento perfeito e feliz, porém o marido espanca cotidianamente sua esposa. O casal é interpretado por Julia Roberts e Patrick Bergin, representando Sara e Martin. Diante da situação e cansada de fingir ter um bom casamento, Sara simula sua própria morte e foge, a fim de recomeçar sua vida com uma nova identidade. Apesar de o filme receber críticas negativas, um quesito que pode ser observado e acontece no dia a dia, é do casal fingir uma relação sadia. Muitas mulheres se submetem a submissão de uma relação abusiva e fingem estar bem.

O filme *Sólo Mía* (Só minha), drama espanhol lançado em 2001, apresenta a vida de um casal, que estando poucos meses juntos, viviam apaixonados e felizes, Ángela acreditava que Joaquín fosse o homem perfeito, mas o sentimento não durou muito tempo, pouco depois aparecerem as brigas e os insultos e o esposo Joaquín se revelou possessivo, ciumento, violento e abusador. Qualquer estresse era motivo suficiente para Joaquín agredir sua mulher. Após as agressões o homem se mostrava arrependido e pedia desculpas, porém os atos persistiam diariamente. O drama aborda claramente o ciclo de violência²⁵, que no primeiro momento o agressor mostra-se tenso e irritado por coisas supérfluas e por conta do excesso de raiva e da explosão inicia-se a segunda fase do ciclo, onde o agressor começa a agredir a mulher, liberando toda tensão do primeiro momento, se materializando em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Após a fúria começa o momento de arrependimento e comportamento carinhoso, classificada também como fase da Lua de mel, onde ele tenta se reconciliar, se apresenta calmo e se justifica quanto a agressão realizada. Porém, isso não é garantia do cessamento da violência, pois acaba se repetindo novamente.

²⁵ Em muitas relações a violência manifesta-se de forma circular, desenvolvendo-se na forma de uma sequência de 3 fases, que se repete ao longo do tempo e designa-se por ciclo de violência. Este ciclo repetitivo apresenta: Momento de tensão (abusador começa por ficar irritado, deixa de haver comunicação, a tensão vai aumentando e o abuso pode iniciar-se); Explosão da violência (o abusador parte para o ato de agressão); Lua-de-mel (o abusador pede desculpa, faz promessas, culpa a vítima por ser causa do abuso e tenta desvalorizar a situação).

Recentemente, em setembro de 2019 foi lançada no catálogo da Netflix²⁶ a série *Unbelievable*, a produção é uma minissérie baseada em fatos reais e conta a história de um crime de estupro. A vítima, Marie de 18 anos, foi atacada em seu apartamento onde é amarrada e estuprada, após o abuso ela relata o ataque a polícia que em todo momento questiona a veracidade do fato. Com a descrença dos policiais do gênero masculino e toda pressão intencionada a vítima, Marie realiza uma reivindicação inicial e desiste de dar continuidade a investigação. O machismo tão marcante, faz com que a todo momento as autoridades duvidem do caso de Marie, e passem a utilizar táticas e informações ruins, desgastando a vítima. Assim, ela prefere fingir que mentiu sobre ser estuprada já que ninguém se importa com o caso dela. A série, mesmo que baseada em um fato real critica como ocorrem os procedimentos de suporte as vítimas, levantando a diferença das abordagens de policiais masculinos e femininos, principalmente em caso de abuso e estupro. Essa ação é comum nos centros de atendimentos a mulher, nas delegacias, nos centros de apoios psicológicos e é perceptível nas falas das mulheres que passam por essa realidade. A visibilidade dada através da série coopera para a precaução e preparação dos profissionais diante dos atendimentos desses crimes e ações violentas.

O catálogo apresenta outras séries que retratam situações de estupro, violência doméstica e feminicídio. Essas histórias, muitas delas fictícias, servem como fonte informacional para outras mulheres que estejam vivendo situações assim. A intenção é clara, mostrar que nunca é tarde para denunciar e gozar dos próprios direitos. Algumas séries populares como *Grey's Anatomy*, *Big Little Lies* e *Coisa Mais Linda*, descrevem cenas de mulheres que sofreram abuso sexual e agressões do ex-marido e dos atuais companheiros, as personagens carregam marcas das violências físicas e psicológicas.

No Brasil, a novela “A dona do pedaço” apresentada pela Rede Globo de Televisão também retrata situações de violência contra a mulher. A personagem Vivi Guedes interpretada por Paola Oliveira é uma renomeada digital *influencer* e passou por diversas situações de agressão, violência psicológica, verbal e sexual. A mulher em questão foi obrigada a se casar com um homem desequilibrado e violento e desde então começa a sofrer diferentes tipos de violência, uma vez que, a mulher é

²⁶ Netflix é uma provedora global de filmes e séries de televisão via *streaming* sediada em Los Gatos, Califórnia.

humilhada, privada da sua liberdade (vivendo em cárcere privado), tem seus objetos queridos destruídos, é insultada de diversas maneiras, além de ser forçada relação sexual. O que foi retratado pela novela acabou trazendo um olhar mais apurado sobre o que é a violência contra a mulher e como ela pode acontecer, é possível perceber como os atos agressivos são recorrentes nos dias atuais e devem ser tratados de forma responsáveis pelas autoridades e ser quesito primordial para as políticas públicas ²⁷.

2.2 A informação como ferramenta para o enfrentamento da violência contra a mulher

A Ciência da Informação (CI) originou-se no século XVI com a conjuntura da revolução científica e prática e seguiu até à Segunda Guerra Mundial. Foi marcada pelo crescente volume informacional e por novas tecnologias de comunicação e informação, preocupando-se com as informações registradas em vários suportes. Diante disso, sabe-se que inicialmente o que condicionou a ciência da informação foi “lidar com o grande volume e a diversificação de informações registradas em variadas formas, com vistas à sua mais ampla difusão [...]” (CARDOSO, 1996, p. 73-74). O desenvolvimento da CI se dá a fim de responder os problemas informacionais na sociedade, tendo como maior característica e dispendo como seu objeto de estudo, a informação. Assim, pode-se compreender a CI como área do conhecimento em que se analisam pesquisas voltadas ao atendimento das necessidades informacionais da sociedade, assumindo características de responsabilidade social.

Na literatura, a conceituação da Ciência da Informação se dá por diversos teóricos. O conceito dado por Taylor (1966) descreve a Ciência da Informação como a ciência que estuda as características e o comportamento da informação, as forças que conduzem seu caminho e os meios de acesso e uso. Baseando-se no pensamento de Taylor, Borko (1968, p.3) sintetiza a Ciência da Informação como “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da

²⁷ Apesar da novela transmitir tal realidade, atrelando as nuances das violências, foi afirmado um estereótipo machista de que a mulher só consegue sair da situação de violência, se tiver uma figura masculina por trás, representando uma forma de poder maior, isto porque a personagem saiu da situação por ajuda de outro homem. O estereótipo afirmado na novela não é defendido no presente estudo, visto que se pretende mostrar o empoderamento das mulheres ao tomar decisões através das informações recebidas.

informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”. O autor desenvolve seu conceito afirmando que a responsabilidade da Ciência da Informação seria de se preocupar com as questões informacionais do usuário e com a usabilidade das informações.

Fundamentado em Taylor (1966) e Borko (1968), Cardoso (1994) afirma que a CI assume como característica a responsabilidade social, aproximando-se assim das ciências sociais. Dito isso, a partir do momento que o campo de estudo da CI é direcionado ao usuário e passa a se preocupar com o mesmo, a ciência da informação assume sua característica de responsabilidade social e se aproxima das ciências sociais. Apesar da ligação da ciência da informação como uma ciência social, foi apenas na década de 1970 que a CI recebe o traço identificador das ciências sociais. Na mesma época, a ciência da informação discute a especificidade da ciência social baseada no referencial teórico marxista e concebe que o objeto de estudo da área de informação social deve se referenciar na historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis, além da totalidade dos fenômenos sociais e a tensionalidade presente na sociedade.

A historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis (lembrando que nas ciências do homem são também sujeitos, por definição) que os coloca em uma relação culturalmente determinada. Ora, toda ação e relação são produtos de agentes ou atores (do latim *actio*) e, portanto, podem ser modificadas (...). Como totalidade entendemos que a sociedade é uma estrutura orgânica em que o conjunto dá sentido ao fragmento, não sendo, então, possível estudar qualquer fenômeno social isolado do contexto de sua ocorrência; a tensionalidade constante na sociedade, determinando as relações, e a produção de sentido sobre elas, entre os diversos grupos, segmentos e classes sociais (...) (CARDOSO, 1994, p. 111-112)²⁸.

É a partir da tensionalidade que se explica as relações de poder na sociedade, visto que ela produz a noção de hegemonia baseada na cultura que envolve “valores, crenças, práticas, conhecimento/informações”. Contudo, Cardoso (1994) defende que toda informação é social e emprega a informação como um elo de ligação da sociedade (como produto humano) e do homem (como produto social),

²⁸CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição a sistematização do campo da Informação Social. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul./dez. 1994. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/rev/>. Acesso em: 19 set 2019.

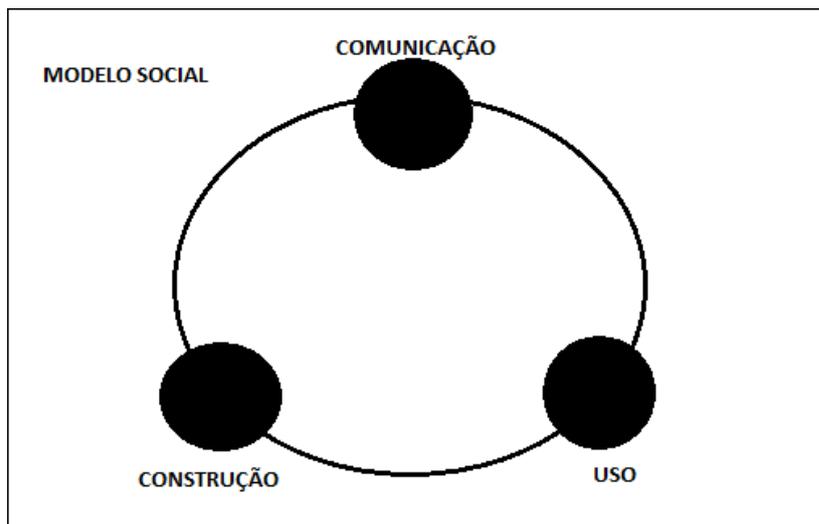
pois está intimamente conectado com o processo de construção do conhecimento, desta forma gera mudanças nos indivíduos, grupos e sociedades, devido o fenômeno informacional. Diferente de alguns teóricos, Saracevic, importante pesquisador da área, define CI como transmissora de conhecimento, ou seja, ela é um campo que produz conhecimento baseado na informação.

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Concebendo que a informação é a particularidade da CI e discorrendo seus objetivos, é possível compreender que a conceitualização da informação se contempla de diversas nuances. Le Coadic conceitua a informação de forma abrangente. Por meio do seu pensamento é possível afirmar que a informação pode significar o produto de um processo de comunicação, quando determina a informação sendo:

Um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. [...] O objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura. O exemplo mais banal é a informação, a notícia veiculada por um jornal, pelo rádio ou pela televisão. (LE COADIC, 1996, p. 5)

Dito isso, para conseguir transmitir a informação e gerar conhecimento é necessário à criação de mecanismos de comunicação. Segundo Tavares (2002, p.138) a “comunicação é o suporte que garante a informação”. Le Coadic (1996) explica também que a CI trabalha com um processo social concreto, que é o da comunicação da informação na sociedade. Quando se cumpre o modelo social do ciclo da informação discutido por Le Coadic (1996, p. 11), abordando a construção, comunicação e uso da informação (Figura 1), têm-se os usuários como os principais autores da recuperação da informação.

Figura 1 - O ciclo da informação.

Fonte: Adaptado de Le Coadic (1996).

Com efeito, tendo a ciência da informação voltada para os problemas sociais e para a informação social no todo, como citado acima por Cardoso, a informação dispõe de um grande poder, o de interferir no processo de ressignificação de estruturas interiorizadas e na ampliação dos direitos sociais, como cita Ferreira e Cortes (2017, p. 27). Esse processo de ressignificação corresponde a capacidade de atribuir novo significado de estruturas históricas e cultural. A vista disso, Brookes (1980) a informação é um misto de alteração de estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo. A partir dessas alterações nas estruturas é possível tomar decisões sobre o que ou não fazer, Para Araújo (1992) a informação é capaz de transformar a vida de um indivíduo, principalmente no que tange a produção de novos conhecimentos, pois tanto a informação quanto o conhecimento podem transformar as relações de poder, as quais subordinam e discriminam mulheres, negros, homossexuais [...]. Neste raciocínio, Foucault (1999) *apud* Araújo (1992, p. 20) salienta que “a informação é um *locus* de saber e poder”, então a informação é uma ferramenta essencial no combate a agressão e de forma geral é um grande potencializador para o cessamento da violência contra a mulher doméstica. Isto posto, “existem distintos estudos na CI dinamizando a informação como ação transformadora dos problemas sociais” (GARCIA; TARGINO, DANTAS; 2012).

À vista disso, a importância da violência contra a mulher para a Ciência da Informação se fundamenta na premissa da responsabilidade social da CI, que é de ‘facilitar’ a transmissão/o compartilhamento do conhecimento, por meio de tecnologias da informação, e, por conseguinte, “a proposição de uma responsabilidade social [pode ser reconhecida] como a práxis dos cientistas da informação” (FREIRE, 2003, p. 50).

A informação como ferramenta frente ao combate da violência doméstica e/ou contra a mulher é importante porque opera como instrumento primordial no processo de mudanças de paradigmas e de estereótipos, pois modificam as estruturas de conhecimentos que naturalizam e alicerçam a violência contra a mulher, sendo capaz de criar e informar novos contextos de significados. Quer dizer que irá gerar “novas formas de compreensão, ação e intervenção dos sujeitos sociais” (CÔRTEZ, LUCIANO, DIAS, 2012, p. 138).

Conforme mencionado no *Relatório de violência doméstica e familiar contra a mulher*, já citado anteriormente nessa pesquisa, 19% das mulheres não denunciam seu agressor por não reconhecerem seus direitos, as outras porcentagens se referem ao medo, vergonha, dependência financeira etc. Diante disso, pode-se confirmar que estas mulheres por algum motivo não têm acesso à informação, dado que:

A informação ocupa uma posição de centralidade para que as mulheres tenham acesso aos serviços disponíveis na rede de atendimento, conheçam os seus direitos e se fortaleçam para superar o medo, a vergonha, o isolamento e o preconceito, que perpassam a dinâmica da violência. (CÔRTEZ, LUCIANO, DIAS, 2012, p. 135).

A falta de acesso à informação contribui para que as mulheres permaneçam reféns da violência, pois não conseguem denunciar o agressor, por acreditar que não há mais solução além de não conseguirem buscar suportes de apoio. No artigo “A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência”²⁹ as autoras relatam a importância da informação para as mulheres, quando descrevem que a informação insuficiente, ambígua e sem consistência, impede a visibilidade e a dimensão do que

²⁹ Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/14199/8105>. Acesso em: 19 set. 2019.

é a violência, o que conseqüentemente dificulta a implementação de políticas públicas que garantam a vida das mulheres.

Quando se referem aos direitos das mulheres, implicam-se todas as medidas protetivas, desde as leis, centros de apoios, propagandas etc. que visam combater a violência doméstica. Tais medidas são expostas nos meios de comunicação, como televisão, jornais e ainda nos rádios. Com isso, é questionável pensar como a informação pode contribuir de maneira significativa para mulher que é vítima de violência doméstica. Acredita-se que as informações produzidas e disponibilizadas acerca do tema da violência possam contribuir em primeiro momento para modificar a visão da sociedade machista diante da temática, uma vez que acabam inviabilizando a agressão e naturalizando a violência contra a mulher. Um exemplo “simples” é a utilização de ditados famosos mediante a situação de violência, como "briga de marido e mulher não se mete a colher", isto porque é natural a mulher apanhar e, de quebra, também é natural supor que ela fez alguma coisa pra merecer, além disso, ainda é possível se deparar com frases do tipo “apanha porque gosta”, “deve ser mulher de malandro”, “ela sabe porque está apanhando”, “só as neuróticas reagem”, “Sim, eles estão brigando; sim, ele parece violento, mas não podemos nos meter.” Dias e Cotrim na pesquisa “Violência contra a mulher, ninguém mete a colher? um estudo em área de manancial” publicada em 2014 acreditam que esses ditados populares são exemplos da tolerância com relação à violência contra a mulher.

Continuadamente as informações podem ajudar as mulheres a reconhecerem seus benefícios, sua posição e sua liberdade. Diante do exposto, a gestão da informação é fundamental para se aperfeiçoar o planejamento de ações e tomar decisões condizentes com as necessidades informacionais das mulheres. Tais necessidades podem conduzir a comportamentos de busca, acesso, uso e disseminação da informação.

O uso da informação como ferramenta de enfrentamento a violência doméstica e contra a mulher em geral se desdobra a partir do comportamento informacional no momento em que a mulher reconhece suas necessidades informacionais. Tais necessidades partem, por exemplo, das tentativas de entender, no caso das vítimas de violência, o porquê de estar sendo violentada.

Costa e Gasque (2010) destacam que os estudos sobre a interação dos indivíduos com a informação até a década de 1990 desenvolveram-se na ciência da

informação como “necessidades de informação”. Wilson (2000) utiliza o termo “pesquisa da informação” para identificar como os indivíduos interagem com sistemas de informação. Esse termo está relacionado diretamente com o comportamento informacional humano, assim Stilwell (2010) destaca que o comportamento da informação refere-se a um termo mais amplo que abrange o comportamento de busca de informações, necessidades de informação, busca e uso de informações. Os estudos acerca do comportamento informacional mostram que é essencial entender as necessidades informacionais do usuário como ele busca e usa a informação.

De acordo com Wilson (2000) comportamento informacional é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva de informação, como a que é transmitida ao público quando este assiste aos comerciais da televisão sem qualquer intenção específica em relação à informação fornecida. Para Miranda (2006) o comportamento informacional refere-se ao conjunto de atividades desenvolvidas pelas pessoas com relação à informação, envolvendo ações para adquiri-la, utilizá-la e compartilhá-la. O comportamento informacional se dá pela limitação do usuário, a partir do momento em que o mesmo identifica quais são suas necessidades informacionais. Consiste na forma como o usuário busca, usa e transfere a informação. Diante disso, é fundamental estudar e compreender as necessidades dos usuários.

A necessidade da informação é um conceito amplo, a vista disso é considerado por alguns teóricos como um termo complexo. O conceito de necessidade informacional definido por Wilson em 1981 descreve uma experiência subjetiva que ocorre apenas na mente de cada indivíduo, não sendo, portanto, diretamente acessível ao observador. O autor acredita que as necessidades de informação nascem das tentativas de dar sentido ao mundo e as necessidades pessoais podem ser psicológicas, emocionais ou cognitivas. Case (2002) observa que as necessidades e usos da informação precisam ser examinados nas configurações de trabalho, no contexto organizacional e social dos usuários. A necessidade só pode ser descoberta por dedução, através do comportamento, ou por um ato de enunciação da pessoa que a detém (ODDONE; SILVEIRA, 2007). Diante disso, cabe a cada indivíduo manifestar sua necessidade de informação.

Taylor (1968) ao desenvolver seu pensamento em "*Question-Negotiation and Information Seeking in Libraries*" sobre a necessidade informacional, afirma que a necessidade humana de informação passa por quatro níveis: visceral, consciente, formalizado e adaptado.

- No nível visceral a pessoa tem uma vaga sensação de insatisfação, um vazio de conhecimento que quase sempre é inexprimível em termos linguísticos.
- O nível consciente, a pessoa consegue descrever mentalmente a área de indecisão;
- No nível formalizado, o indivíduo já é capaz de fazer uma descrição racional da necessidade de informação, expressa, por meio de perguntas;
- A questão formalizada é então modificada ou reelaborada numa forma que possa ser compreendida ou processada pelo sistema de informação, a questão finalmente apresentada representa a necessidade de informação no nível adaptado.

Com essa divisão, é possível entender a necessidade de informação como algo que emerge em múltiplos níveis, ou seja, "o princípio de que satisfazer uma necessidade de informação vai muito além de encontrar informações que respondam à questão expressa nas perguntas ou tópicos descritos pelo indivíduo" (CHOO, 2003). Para Belkin (1980) o indivíduo não é capaz de expressar prontamente sua necessidade, já que não consegue explicar qual a sua necessidade de fato. Nesta linha de raciocínio, Choo (2003) expende que a consciência da necessidade de informação surge com sentimentos de dúvida e inquietude sobre a própria capacidade de dar sentido à experiência. Esses sentimentos vagos podem se solidificar em questões ou tópicos bem definidos, capazes de desencadear a busca da informação.

A busca de informação se desenvolve acerca do conceito da necessidade de informação, apreende que a busca informacional é resultado de dúvidas e incertezas, partindo da vontade do indivíduo em preencher o vácuo resultante da ausência de respostas. Essas dúvidas e incertezas ocorrem pela falta de conhecimento sobre algo. Por representar um avanço, onde o indivíduo sairá de um estado e alcançará outro nível, a busca de informação pode ser considerada um processo. Neste contexto, Choo (2003) discorre que busca da informação é o

processo (dinâmico e socialmente desordenado que se desdobra em camadas de contingências cognitivas, emocionais e situacionais), pelo qual o indivíduo procura obter informações com um propósito definido, capaz de alterar o nível de conhecimento. Com isto, acredita que o propósito de buscar a informação se enquadra no objetivo do ser de usar a informação para sair do estado atual e alcançar um estado desejado. Em concordância, Case (2007) caracteriza o comportamento de busca de informação como o esforço consciente, este por sua vez envolve uma variedade de comportamentos de uma pessoa, objetivando alcançar a informação como resposta a uma necessidade ou a uma lacuna em seu conhecimento. Para Gasque (2008) a busca pela informação depende do desejo da pessoa, do como ela procura a informação, da sua capacidade intelectual e estratégias utilizadas para atingir sua finalidade e as experiências com o uso das tecnologias. A autora discorre em seu artigo a respeito da experiência e da busca da informação, e pontua de maneira íntegra como se dá a relação da busca informacional e o que ela envolve:

A busca da informação relaciona-se ao modo como as pessoas procuram as informações que atendam às suas necessidades. Envolve a busca ativa ou passiva da informação, planejamento, estratégias e motivação para atingir objetivos, monitoração de estratégias, conhecimento e definição de canais ou fontes de informação potenciais, competências para usar tecnologias da informação e avaliação desse processo (GASQUE, 2008, p. 154).

Diante disso, é importante salientar que a busca de informação é um processo interativo, que varia ao longo do tempo e do contexto, bem como sofre influência de fatores de origem social, institucional e tecnológica; dos recursos de informação à disposição dos usuários; do meio cultural, dentre outros (COURTRIGHT, 2007). Nem sempre a busca da informação será eficaz e irá satisfazer a necessidade informacional, dado que, conforme destacado por Choo (2003) a busca de informação "quase sempre é frustrada em algum grau, devido à divisão entre os significados incorporados nos sistemas de informação e o sentido altamente pessoal do problema daquele que busca a informação". Caso a pessoa não consiga suprir as lacunas informacionais, se torna importante neste momento adotar medidas alternativas para solucionar sua necessidade. Acredita-se que pode ocorrer um fluxo durante a busca da informação. A não satisfação da necessidade de informação pode incorrer em nova busca, assim como a satisfação da

necessidade pode criar ou explicitar novas necessidades de informação nos indivíduos (PIRES, 2012 *apud* PINTO, 2018, p. 45).

A vista disso, Choo minúcia em “A organização do conhecimento” que o processo de busca ocorre em três níveis: o primeiro declara-se ao reconhecimento da necessidade informacional, o segundo nível é direcionado para buscar informações, aqui os indivíduos podem empregar suas habilidades e utilizarem estratégias de pesquisa. Para fechar este ciclo, no terceiro nível os indivíduos utilizam a informação selecionada.

Para fazer o uso da informação, espera-se que a busca realizada anteriormente tenha sido positiva e satisfatória frente a necessidade destacada do indivíduo. O uso da informação compõe-se de atividade em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento (GASQUE, 2008, p.154). A vista do que foi desenvolvido por Choo (2003, p. 84) atina que o uso da informação é a seleção de mensagens relevantes no espaço mais amplo da informação, de modo que isso gere uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou em sua capacidade de agir. Nesta linha de pensamento, o uso da informação ocorre quando o indivíduo seleciona e processa a informação, o que muda sua capacidade de dar sentido a uma experiência ou de agir ou reagir à luz desse novo conhecimento (CHOO, 2003, p. 21).

Ao se tratar do uso de fontes informacionais, Case (2007) notou que as pessoas raramente usam fontes formais, ao invés disso, passam a reunir e confiar em fontes informais, principalmente em amigos e familiares durante toda a vida, visto que as fontes informais acabam sendo mais acessíveis. As informações resultantes das buscas realizadas pelo indivíduo podem ser utilizadas ou não, ou seja, podem ser selecionadas ou ignoradas, o que define esta finalidade é a relevância dada ao esclarecimento das questões informacionais ou solução de problema. Assim, muitas informações podem ser ignoradas e resultar sensações ruins, conforme explicado por Choo (2003) quando a pessoa “encontra informações que contrariam suas crenças e pressupostos, ele experimenta uma sensação de conflito ou tensão”. Com isso, Pinto (2018) afirma que a relevância tem sido julgada como um bom indicador de uso da informação. Apesar disso, a relevância varia em relação de um indivíduo para o outro.

Nessa situação, é discutível pensar se existe uma maneira correta de usar a informação. Têm-se a resposta ao se basear que cada indivíduo tem uma

necessidade informacional diferente, e com isso a busca e o uso serão direcionados de maneira distinta para cada um. Assim Taylor (1986) *apud* Choo (2003, p. 95) afirma que "cada ambiente de uso da informação tem um tipo diferente de problema, gerado por seu ambiente particular e pelas exigências de sua profissão, ocupação ou estilo de vida". Apesar disso, Choo (2003) descreve três modos de uso da informação como processos sociais dinâmicos, que constituem e reconstituem significados, conhecimentos e ações, pois se baseiam na interpretação, conversão e processamento, sendo complementares e se apoiam mutuamente. De maneira mais complexa, Taylor (1986) apresenta o uso da informação baseando-se nas necessidades informacionais percebidas pelos usuários em diversos momentos, classificando o uso em oito classes, sendo: 1) esclarecimento, 2) compreensão, 3) instrumental, 4) factual, 5) confirmativa, 6) projetiva, 7) motivacional e 8) pessoal ou política. A particularidade de cada classe pode ser constatada a partir do modelo de uso da informação descrito por Taylor:

Esclarecimento: a informação é utilizada para criar um contexto ou dar significado a uma situação. É usada para responder a perguntas como: "Existem situações semelhantes? Quais são elas? Qual a experiência da empresa X ao fazer o produto Y? Essa experiência é relevante para nossa intenção de fabricar Y?" . **Compreensão do problema:** a informação é usada de uma maneira mais específica, para permitir melhor compreensão de um determinado problema. **Instrumental:** a informação é usada para que o indivíduo saiba o que e como fazer. As instruções são uma forma comum de informação instrumental. Sob certas condições, o uso da informação instrumental requer a utilização de outras categorias de uso. **Factual:** a informação é usada para determinar os fatos de um fenômeno ou acontecimento, para descrever a realidade. O uso da informação factual costuma depender da real qualidade (precisão, confiabilidade) da informação disponível. **Confirmativa:** a informação é usada para verificar outra informação. O uso da informação confirmativa envolve a busca de uma segunda opinião. Se a nova opinião não confirmar a informação existente, o usuário pode tentar reinterpretar a informação ou decidir em que fonte confiar. **Projetiva:** a informação é usada para prever o que provavelmente vai acontecer no futuro. O uso da informação projetiva envolve previsões, estimativas e probabilidade. **Motivacional:** a informação é usada para iniciar ou manter o envolvimento do indivíduo, para que ele prossiga num determinado curso de ação. **Pessoal ou política:** a informação é usada para criar relacionamentos ou promover uma melhoria de status, de reputação ou de satisfação pessoal. Derwin associa esse uso da informação a expressões como obter controle, sair de uma situação difícil e ligar-se a outros. (TAYLOR, 1986 *apud* CHOO, 2006, p. 109-110).

Segundo o autor, uma informação já utilizada em determinada categoria pode ser utilizada novamente para atender às necessidades de outras classes, isto porque as categorias não são mutuamente excludentes.

Para completar a explanação sobre o uso da informação, cabe salientar que “entre os elementos mais importantes que influenciam o uso da informação estão as atitudes do indivíduo em relação à informação e à sua busca, atitudes essas que são fruto da educação, do treinamento, da experiência passada, das preferências pessoais etc”. As atitudes do indivíduo podem ser entendidas como a capacidade de tomar decisões, em relação a isso, Mintzberg (2000) discute que é a necessidade de informação que guia a necessidade de decisão, define a tomada de decisão como provocação dada por uma diferença entre a informação sobre uma situação real e a informação sobre uma situação-padrão esperada. Logo a tomada de decisão então, busca soluções alternativas e escolhe a solução que tiver maior probabilidade de atingir a meta. (CHOO, 2003, p. 309).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do objetivo deste estudo - que é analisar de que modo às mulheres utilizam a informação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no DF - o presente estudo se configura em uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, visto que a pesquisa evidencia um fenômeno a partir da observação, análise e registro dos fatos.

Ao procurar sobre o significado da abordagem qualitativa na *internet*, é possível ter uma síntese de que a pesquisa qualitativa busca compreender o comportamento do indivíduo, analisando as suas particularidades e experiências, ignorando o uso da representação estatística, ou seja, é um método de investigação não-objetiva, uma vez que seus resultados se dão através do aprofundamento de dados não-mensuráveis. Acerca disso, Vieira e Zouain (2006) caracteriza a pesquisa qualitativa, partindo do princípio da não utilização de instrumento estatístico na análise dos dados. Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa é muito particular e se encontra em um nível não quantificado.

Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22).

No livro *“projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto”*, desenvolvido por John Creswell, o autor salienta as características da pesquisa qualitativa, na qual recomenda as ideias de Rossman e Rallis. Deste modo, Rossman e Rallis (1998) caracterizam a pesquisa qualitativa como: 1) “emergente em vez de estritamente pré-configurada”, assim as questões da pesquisa podem mudar e ser refinadas; 2) “Fundamentalmente interpretativa”, o que significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados e desenvolve o processo de descrição. Para os autores, a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, na qual contribui para aumentar os detalhes sobre a pessoa ou o local, uma vez que permite ao pesquisador se envolver nas experiências reais dos participantes. Outra característica é a utilização de métodos múltiplos que são interativos e humanísticos.

Dito isso, a construção da questão desta pesquisa ocorreu do seguinte modo: inicialmente o objetivo é analisar de que modo às mulheres utilizam a informação

como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher no DF. Após esse levantamento, teve-se o contato com algumas mulheres que sofrem ou sofreram violência e através dos depoimentos delas, resultou-se na descrição e análise dos dados. Conseqüentemente têm-se a comparação dos dados resultante em cada Região Administrativa e a discussão de fato desses dados. Bem como, nesta pesquisa há a descrição e interpretação dos dados levantados.

Nesse sentido, quanto aos procedimentos qualitativos Creswell (2007) ressalta que estes dados se baseiam em de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação.

Dentro da pesquisa qualitativa, é possível classificar o propósito do estudo em três grupos: exploratórios, explicativo e descritivo. O tipo de investigação escolhida para a elaboração desta pesquisa adequa-se como descritivo, pois a finalidade do estudo é descrever o fenômeno da violência contra a mulher, além de conhecer como e por quais razões tal fenômeno se desenvolve. Conforme Triviños (1987) a maioria dos estudos descritivos têm o foco principal direcionado para a compreensão da comunidade. O estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade, que no caso desta pesquisa é a violência contra a mulher (TRIVIÑOS, 1987, p. 110).

Quanto às técnicas de coleta, Creswell (2007) pontua quatro tipos básicos de procedimentos de coleta na pesquisa qualitativa.

- 1) *Observações* - nas quais o pesquisador toma notas de campo sobre comportamento e atividades das pessoas no local de pesquisa;
- 2) *Entrevistas*- o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes. (...) Essas entrevistas envolvem poucas perguntas não-estruturadas e geralmente abertas, que pretendem extrair visões e opiniões dos participantes;
- 3) Coleta de *documentos* - Durante o processo de pesquisa, o investigador qualitativo pode coletar documentos, que podem ser documentos públicos ou documentos privados;
- 4) *Material de áudio e visual* - Esses dados podem ter forma de fotografias, objetos de arte, fitas de vídeo ou qualquer forma de som. (CRESWELL, 2007, p. 190).

De acordo com os procedimentos acima, a técnica de coleta que mais corresponde ao estudo é a entrevista. Com o propósito de realizar uma entrevista em que o participante se sinta a vontade e se manifeste de forma espontânea, mesmo diante da complexidade e delicadeza do tema em questão, a técnica mais

adequada é a entrevista semiestruturada, uma vez que irá fornecer maior quantidade de dados sobre a temática.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

É interessante utilizar esta técnica, pois ela permite que os participantes forneçam informações históricas e relevantes e ainda proporciona ao pesquisador controlar a linha de questionamento. Logo, no presente estudo, a entrevista será semi-estruturada e ocorrerá de maneira individual, onde serão entrevistadas no total seis mulheres que já sofreram (ou sofrem) algum tipo de violência contra a mulher, sendo vítimas dentro de relações heteroafetivas. As mulheres foram selecionadas a partir da técnica “bola de neve”. As informações das entrevistas serão registradas por gravação de áudio e notas manuscritas e os instrumentos utilizados no procedimento de registro de dados serão o gravador e um formulário. As participantes permitiram, por meio de uma autorização impressa e assinada, a utilização dos seus dados e da voz para elaboração do presente estudo.

Diante disso, para realizar as entrevistas, a amostragem da pesquisa baseia-se na técnica informal de *snowball* também conhecida como “Bola de neve”, uma vez que tal técnica é direcionada para pesquisas sociais e por isso atende as necessidades do estudo. De acordo com Salganik e Heckathorn (2004), o motivo para utilizar essa técnica parte da importância de analisar as populações raras ou desconhecidas. Esse método é explicado por Goodman (1961), ao mencionar que o método se dá a partir de uma rede de amigos dos membros presentes na amostra. Inicialmente, o autor explica o método designando as pessoas como “sementes”. Dessa forma, o processo inicia-se baseado em um número determinado de sementes, que fazem parte da população-alvo do estudo. Conseqüentemente as sementes escolhidas ficam encarregadas de indicarem outras participantes que tenham o perfil desejado para pesquisa até alcançar a amostra desejada. A técnica *snowball* apresenta dois tipos de amostragem, sendo a linear e a exponencial. Na

amostragem linear, uma semente indica apenas um participante para o estudo. Já na amostragem exponencial, as sementes devem indicar duas ou mais pessoas ao pesquisador (PINTO, 2018, p. 80). Para esta pesquisa será adotada a amostragem linear, que pode ser entendida conforme a analogia feita na figura 2. Foi selecionada uma semente que indicou outras dez mulheres (heterossexuais e homossexuais) para participar da pesquisa, destas dez, apenas seis aceitaram e participaram da pesquisa. As mulheres em relação homoafetivas não aceitaram participar do estudo. Sendo assim, a flor representa a amostra total, a semente é demonstrada como a raiz da flor (dentro do vaso) e as folhas da flor retratam cada participante que contribuiu para a entrevista.

Figura 2 - Amostragem da pesquisa



4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados a seguir apresentam os resultados da pesquisa realizada. Para a análise dos dados qualitativos, Flick (2009) apresenta duas formas diferentes de abordagens, a codificação e a categorização. Diante da metodologia utilizada para esta pesquisa, o método de análise adotado para o estudo é a codificação temática, visto que é a maneira mais destacada quando os dados resultam de entrevistas, de grupos focais e observações como é o caso desta investigação. Para obter os dados foram realizadas as entrevistas no período de outubro a novembro de 2019. O autor divide a análise temática dos dados em três estágios, sendo: descrição dos dados, descrição da amostra e descrição e interpretação dos tópicos centrais.

4.1 Descrição dos dados

No primeiro momento, a partir da entrevista semiestruturada, foram transcritas na íntegra as entrevistas de todas as participantes, representadas como P1 (Participante 1) a P6 (Participante 6). Cada participante teve seu tempo cronometrado, as entrevistas tiveram duração mínima de 17 min e 50 seg. e a duração máxima de 40 min. e ocorreram no período de outubro de 2019 a novembro de 2019. A entrevista contém quinze questões que envolvem a compreensão do que é a violência contra a mulher, percepção da violência, suportes e fontes de informação para cessar a violência e o uso das informações. De acordo com o Quadro 2 é possível visualizar a exemplificação de como ocorreu o processo de descrição dos dados.

Quadro 2 – Exemplo da descrição dos dados da entrevista

| Participante | Duração da entrevista | Questão | Transcrição |
|--------------|-----------------------|---|--|
| P3 | 00h 40 min | Percepção que estava sofrendo violência – Questão 7. | <i>Sim, hoje sim! Antes a gente não enxerga quando você tá sofrendo um... tá num relacionamento assim, abusivo, você não enxerga no momento, você só se culpa você só (se) fica se cobrando e você não enxerga que a fonte do (do) mal não é você é o outro. E só o momento que ele se distancia que você vai ver “Não, eu não penso assim”, “Ah, os meus ideais não são esses”.</i> |

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Descrição da amostra

No segundo momento, foi realizada através da entrevista a descrição de todas as participantes, sendo possível identificar o perfil de cada entrevistada, considerando alguns pontos importantes e essenciais para a pesquisa, como: Faixa etária, local de residência, escolaridade, renda, profissão, membros da família, raça/cor da pele e orientação sexual. O Quadro 3 exemplifica a descrição da amostra e é composto inicialmente pelo participante, apresenta a localização geográfica e informações adicionais fornecidas pelas mulheres durante o processo da entrevista.

Quadro 3 – Descrição da amostra

| Amostra | Localização geográfica | Descrição |
|---------|------------------------|--|
| P1 | Ceilândia – DF | Nasceu no interior de Minas Gerais. Se classifica como parda e heterossexual. Atualmente tem 54 anos, três filhos, e é divorciada. Estudou até o ensino médio, como hobbie adora fazer cruzadinhas. Não possui renda e atualmente sua profissão é “do lar”. |
| P2 | Ceilândia Sul – DF | Nasceu em Brasília, tem 22 anos. Branca, heterossexual. Tem três filhas, sua primeira gravidez foi com 17 anos. Está concluindo o Ensino Médio. Pretende cursar educação física futuramente. Além das filhas, reside com o marido e a enteada. Sua antiga profissão era vendedora. No momento, encontra-se desempregada, e não possui renda. |
| | | Nascida em Brasília, tem 25 anos. Classifica-se como negra e heterossexual. Possui |

| | | |
|----|------------------------|--|
| P3 | Ceilândia – DF | ensino superior completo, tem buscado se qualificar na sua área de formação Atualmente não possui renda. Tem três filhos, mora sozinha com os filhos, no momento está divorciada. |
| P4 | Ceilândia Sul - DF | Estudante universitária, 23 anos, nascida em Brasília, heterossexual, professora. Como lazer gosta de estar com os amigos, ir a igreja, assistir filme. Foi vítima de violência sexual com 14 anos. |
| P5 | Por do Sol – Ceilândia | Casada, 51 anos. Sua função profissional é assistente administrativo. Adora estar com a família, estudar inglês, gosta de trabalhar e viajar. Tem sofrido violência verbal e psicologica constantemente do esposo. |
| P6 | Mangueiral | Ensino superior completo concluído na Universidade de Brasília, solteira e tem 26 anos. Adora sair com os amigos, curtir pagode e dançar. |

Fonte: Elaboração própria.

4.3 Descrição e interpretação dos dados

No último estágio da análise é levado em consideração os tópicos centrais da pesquisa que são discutidos pelas participantes e a partir disso, eles são interpretados de acordo com a literatura. Os tópicos centrais do presente estudo se refere a: Compreensão do que é violência contra a mulher; Percepção de quando passou a ser vítima das violências contra a mulher; reconhecimento dos suportes informacionais.

4.3.1 *Compreensão do que é violência contra mulher*

Quando perguntadas sobre a violência contra a mulher, as mulheres disseram ter sofrido desde muito novas. Elas atrelam o entendimento da violência contra a mulher às suas vivências.

P1: [...] *eu vivi muito de perto essa violência, com os meus pais, eram muitas brigas dentro de casa, a violência mesmo do meu pai contra a minha mãe e até com os próprios filhos. Cheguei a apanhar muito dele por defender minha mãe né das agressões, verbais e de porrada mesmo, de violência física.*

P6: *Já sofri violência contra a mulher, dentro de casa com o meu padrasto. [...] por eu ter 14 anos na época.*

P3: [...] *eu já tava vivendo praticamente um cárcere privado, eu não podia sair de casa, eu era trancada.*

A violência contra a mulher ocorre no seio familiar, principalmente quando se trata da violência doméstica, na qual inclui agressores sem função parental, visto que a violência doméstica pode ser entendida como “todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivem esporadicamente neste espaço”. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 8). Em relação a situação de privação de liberdade da participante 3, os autores retratam isso como violência intrafamiliar e explicam essa violência como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família.

Diante da indagação sobre o que cada participante sabe sobre violência contra a mulher, a maioria das mulheres mostraram que o conhecimento sobre o tema se associa aos tipos de violências existentes, ou seja, elas entendem a violência como as práticas de agressão física, psicológicas, verbal. Algumas mulheres citam a relação de poder do homem para com a mulher.

P3: Acho que qualquer tipo de agressão, não precisa nem ser física, moral, que atinge sua moral, que tira do [do] assim do seu eixo né, que tira a inquietude da sua personalidade e do seu caráter eu acho que já é uma violência, por que incomoda e te machuca.

P4: Qualquer ato que a mulher sofra de um, do seu companheiro ou de uma pessoa do sexo oposto, é física, verbal, psicológica.

P5: violência contra a mulher tá muito em evidência, hoje virou meio que uma coisa comum a mulher ser agredida, os homens em geral se sentem donos das mulheres, e por eles se acharem donos eles, elas não querem ficar com eles, eles matam por bobeira, se acham dono mesmo, então assim, se acham que a pessoa, a mulher no caso é objeto deles né, então eles podem tirar a vida dela, quando elas não querem ficar com ele ou quando não ta servindo mais pra ele, quando eles muitas vezes querem se livrar delas [..]

O termo violência contra a mulher surgiu na década de 1960 pelo movimento feminista. Alguns estudiosos, diante desse tema, o define como “à violência praticada contra a pessoa do sexo feminino, perpetrada em razão, e simplesmente, pelo fato de ser mulher”.(SANTOS; GALINKIN, 2016, p.258). Campos (2008) explica sobre a relação de poder mencionada por uma participante, quando diz que o “homem se sente dono da mulher”, assim a autora fundamenta dizendo que a violência contra a mulher constitui uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que levam à dominação e à discriminação por parte do homem, impedindo o avanço pleno da mulher e lhe atribuindo um papel secundário. Embora no estudo não tenham participado casais homeafetivos, percebe-se na fala das mulheres, como a participante 4, a incompreensão de que a violência só existe tratando-se do sexo oposto. Contudo, na literatura violência contra a mulher pode ser compreendida também como o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais [...] que causa ou tem uma boa chance de causar ferimentos, morte, sofrimento psicológico, distúrbios ou privações do desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002), assim, não há restrição de que a violência ocorre apenas entre o sexo oposto, deste modo, pode-se compreender que a violência contra a mulher pode ocorrer em todas as relações, sendo heteroafetivas ou homoafetivas.

Ao serem questionadas sobre o reconhecimento dos tipos de violências, as violências citadas como resposta de cada participante apresentaram uma certa semelhança. A violência física, verbal e psicológica foram as mais mencionadas. Praticamente nenhuma mulher se referiu a violência patrimonial, tal violência só veio a tona quando anunciada pelo pesquisadora.

P1: Tem também a violência da humilhação né [...] violência verbal, física, sexual...

P2: É, violência doméstica, verbalmente, as que eu conheço são essas só. Fisicamente também..

P3: Violência física, moral, violência sexual

P4: Física, verbal, psicológica.

P5: É, agressão física né, agressão verbal que eu acho que é a mais comum, não sei se posso dizer de comum, mas é que mais acontece é agressão verbal, que muitas vezes acho que o homem não percebe né o tanto que o mal faz, uma mulher ser agredida verbalmente, acho que tanto o quanto fosse agredida fisicamente, acho que dói até mais, é pancada você bate e depois passa a dor, agora quando é verbal a pessoa fala algo com você, aquilo fica te martirizando o resto da vida, então no mais é isso, é a verbal mesmo e a agressão física.

P6: Eu sei que existe mais de um tipo de violência, violência física, verbal, psicológica, sexual.

Como destacado por Schraiber et al. (2005), a violência contra a mulher pode ser classificada como sendo física, psicológica e sexual. Na íntegra, a Lei Maria da Penha, classifica a violência contra a mulher em cinco tipos, incluindo além das citadas, a violência patrimonial e a moral. Isso vai de encontro com o que as mulheres disseram acima. Não existe só um tipo de violência, apesar de ser a mais conhecida, não existe apenas a violência doméstica. A Participante 1, por exemplo, fala da humilhação classificando-a como uma violência, que de fato é, como exposto na Lei Maria da Penha ao se referir a violência psicológica: “a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima (...) mediante ameaça, constrangimento, humilhação (...)”.

4.3.2 *Percepção de que estava sofrendo violência*

Todas as participantes do estudo sofreram violência contra a mulher em alguma fase da sua vida e duas das entrevistadas ainda sofrem violência, principalmente moral e psicológica. Algumas mulheres se sentiram na liberdade de explanar sobre o assunto, explicando um pouco mais sobre os fatos:

P1: *Sofri, além da verbal, da sexual teve a violência psicológica... Era o que eu mais sofria com o meu esposo, com meu ex-marido, era a psicológica [...]*

P3: *E ai quando ele começou a me bater mesmo, pegava sapato, pegava... até uma vez ele pegou o cinto que ele estava usando como se eu fosse uma criança... e tudo, tudo que ele encontrava na frente, brinquedos dos meninos que estavam jogados na casa ele tacava em mim, só que ele me colocou numa situação de, que nem eu te falei, de cárcere privado, porque ele trancava a porta, como ele sabia que lá era um ambiente que não tinha pessoas, quando passava de seis da tarde lá era vazio, era setor de indústria, então assim seis da tarde horário de fim de expediente, as empresas estavam todas vazias, então se eu gritasse, se eu pedisse socorro ninguém ia aparecer, nem nas câmeras que tinha lá não aparecem, porque não tem áudio, porque se tivesse áudio ai as pessoas iam ver o tamanho da agressividade, mas não tinha, então não dava pra saber. Eai ele me colocava em uma situação ali, ele tirava meu telefone. Ai até que chegou um dia que ele saiu tão do controle que ele partiu meu telefone no meio, pra que eu não ligasse pra ninguém, e ele fez isso quando eu estava ligando pra polícia.*

P5: *Hoje infelizmente eu sofro violência psicológica e violência verbal muito forte.*

P6: *Já sofri violência contra a mulher, dentro de casa com o meu padrasto, com chefe também no meu ambiente de trabalho e na verdade eu acho que as mulheres sofrem violência contra a mulher todos os dias né, principalmente verbais e psicológicas.*

Conforme o “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil” as taxas de violência contra a mulher no DF é superior à taxa média nacional, além de está entre os 10 primeiros países com maiores números de ocorrência dos delitos. A luz, de que muitas mulheres no Brasil continuam sofrendo violência a OMS revela por meio de seus dados que o Brasil encontra-se em quinto lugar na posição de homicídios a mulheres. Os dados da Datafolha revela como a violência contra a mulher tem crescido, abordam que só em 2018 quinhentas mulheres foram agredidas e 177 espancadas por hora. Outro dado importante é explanado no relatório da Secretaria de Segurança Pública do DF, que conforme o Gráfico 1 e as Tabelas (1, 2 ,3 e 4) visibiliza a Ceilândia como região administrativa mais violenta para as mulheres, em virtude de que ela se encontra em primeiro lugar dos crimes ocorridos em Brasília e todas as participantes residem na Ceilândia.

Ao questionar quando perceberam que estavam sendo vítima de violência e como foi a violência, algumas vítimas só perceberam após um longo período de tempo, outras por terem sofrido violência sexual e/ou psicológica, perceberam imediatamente a violência, desse modo foi possível ter como resultado da percepção da violência os seguintes dados:

P1: *Percebi desde sempre, mas não procurei ajuda porque eu acreditava na melhora. Percebi que eu simplesmente não passava de uma doméstica, sem remuneração, que eu tinha que tá ali pra servir, cuidar dos filhos enquanto a pessoa se divertia, saía e não eu não podia fazer nada. Percebi também quando teve as agressões físicas porque ele me agredia quando eu ia reclamar das saídas com outras mulheres, das diversões com outras mulheres. E ele me batia por que eu tinha que ficar calada, eu não tinha o direito de reclamar com ele, por que ele fazia o que queria.*

P2: *Tipo é.... foi fisicamente. Ele me bateu e 'tals' e era um relacionamento muito difícil, porque ele sempre saía e me deixava em casa trancada a noite e eu ficava sozinha. Quando ele chegava, ele sempre chegava bêbado e drogado e sempre acontecia porque eu não aceitava aquilo, entendeu? Ele sair e me deixar e eu tinha uma criança também, um bebezinho de meses e eu nunca aceitei.*

P3: *Eu já percebi desde o momento em que tudo era voltado pra mim né, todos os afazeres de casa eram voltados pra mim então já era uma violência moral porque eu tinha que sempre cumprir os deveres de casa, eu sempre tinha que tá tudo pronto porque senão era uma reclamação, era um motivo de chacota né ou algo assim do tipo, mas como eu falei, quando já tirava minha paz assim já me dava inquietude eu acho que já era uma violência, quando começou com a violência moral. E a partir daí o abuso que teve com essa violência né, também um relacionamento abusivo aí já começou a ter os que ele quer tomar posse de mim é... ser muito possessivo, é... Quer saber onde que eu ia então eu já tava vivendo praticamente um cárcere privado, eu não podia sair de casa, eu era trancada, então aí já foi uma... outro tipo de violência né não sei como é que identifica mas já era cárcere privado e já estava atingindo minha moral. E aí depois começou com as violências físicas que era as desconfianças, porque ele queria aquilo pra ele, né ele queria alguém pra lavar pra passar, queria alguém pra satisfazer ele e eu não, e como eu já estava machucada com essas violências morais eu não tinha mais força pra lidar com isso . suportar as outras.*

P4: *Como eu percebi? Não percebi, simplesmente aconteceu. É, eu fui agredida sexual e fisicamente né. Bem eu estava em uma festa de final de ano da minha escola [...] e aí nessa festa eu fiquei com um menino que conseqüentemente estudava na minha escola e assim, eu não tinha tido contato com ele antes, eu não o tinha visto antes, a gente só se viu na festa mesmo e através de um amigo que me falou que ele já tinha me visto e que ele queria ficar comigo e aconteceu da gente ficar, só que a gente só ficou mesmo, só de beijo, até uma hora que ele começou a me pegar demais e aí eu falei que ia ao banheiro e aí quando eu fui ao banheiro, a porta era sanfonada, então ele empurrou a porta e enfim, e aí aconteceu, ele me estuprou. Ele me batia e me mandava calar a boca.*

P5: *Eu percebi isso já tem uns dois anos, quando, pensei, penso até hoje que seja surto da pessoa com quem eu vivo, meu marido, penso que seja surto, as vezes eu fico em dúvida, dele me julgar me dizer que eu faço as coisas sem eu ter feito e por ele achar que eu fiz, achar que eu faço, ele me agride verbalmente, muito pesado, mas isso tem uns dois anos, de uns dois, três anos pra cá [...] ah ele fala que eu traio ele, que eu, que as mulheres da rua são, as mulheres de programa são mais sinceras que eu porque elas assumem o que eu faço, e eu sou sínica o suficiente pra negar o que eu faço, que eu sou tão vagabunda que eu não consigo assumir eu não tenho a coragem de assumir que eu traio ele, que eu prefiro ter relação anal com os outros de fora e tal, com meus amantes, que são vários amantes que ele cria pra mim e isso é a verdade dele, e essa verdade prevalece, ele não aceita que isso não seja verdade, pede pra eu, pergunta pra mim, fica me pressionando porque que eu não assumo e eu digo que eu não posso assumir algo que eu não faço, mas ele não aceita ele continua insistindo que eu faço e ele acredita na verdade dele.*

P6: *A primeira situação e a mais marcante assim foi quando o meu padrasto ele foi pra minha cama, não foi, como é que fala ... Não teve penetração e etc, mas com todo o*

contexto por eu ter 14 anos é considerado violência sexual, ele foi pra minha cama, achando que estava dormindo, começou a passar a mão em mim e a simular um sexo, sem tirar meu short, ai eu continuei fingindo que estava dormindo ate ele sair da minha cama e fui imediatamente tomar banho com sensação de nojo! Na tentativa de uma segunda vez (outro dia) ele saiu do banho e me chamou no quarto dele, no que eu fui, ele me abraçou por trás e simulou ir pra frente e pra trás, [...] ; Na segunda vez no meu ambiente de trabalho, eu comecei a ter muita visibilidade e chamar atenção pelos comentários de que o presidente da agencia estava me dando vários benefícios, viagens e etc e depois eu entendi que na verdade a intenção dele era outra, porque ele me chamava pra jantar, queria ter momentos a sós comigo, principalmente nessas viagens ele também fazia graça na frente de todo mundo, bagunçava minha mesa, esparramava as canetas e papéis, no inicio era engraçado, mas depois quando saquei os “aproachs” dele, não era mais. Eu recebia convites para jantar com ele sucessivas vezes, e mesmo eu dizendo não, ele dizia que não era pra eu ter medo, que ele não era meu chefe direto, que meu chefe direto era outro.

A partir das declarações das mulheres, percebe-se que dos cinco casos do total, a violência foi praticada por alguém próximo ou por algum conhecido, principalmente pelo companheiro e por membros da família. Algumas mulheres perberam após algum tempo as agressões, conforme explica Schraiber que muitas mulheres não reconhecem que a situação vivenciada tem sido uma forma de violência, pois acreditam que essas experiências de violência não correspondem à agressão e abusos praticados por familiares ou parceiros íntimos (SCHRAIBER et al, 2005, p .44-45).

Após perceberem que estavam sendo vítimas da violência contra a mulher, diante das várias classificações, as mulheres pontuaram de forma direta as violências que perceberam estarem sofrendo, a vista disso a violência psicológica foi bastante recorrente nas respostas.

P3: Violência sexual, violência... além dessas, foi a sexual foi a física a moral. Você sofria alguma violência psicológica? – Psicológica, vish, demais.[...] eu ter pontuado isso pra ele porque foi um ponto de partida pra ele falar assim “ah não”, tudo que ele falava “ahh não, ela sempre se sente humilhada” e eu já começava a achar estranho, “Por que ela é mulher, ela é negra ela é mãe” e acho que já começou a ficar assim, ele me rebaixar muito “não, você não vai conseguir emprego lá em tal lugar porque você é negra, você é mãe, você é isso e aquilo”

P5: Verbal e psicológica [...]ele fala que eu traio ele, que eu, que as mulheres da rua são, as mulheres de programa são mais sinceras que eu porque elas assumem o que eu faço, e eu sou sínica o suficiente pra negar o que eu faço, que eu sou tão vagabunda que eu não consigo assumir eu não tenho a coragem de assumir que eu traio ele, que eu prefiro ter relação anal com os outros de fora e tal, com meus amantes, que são vários amantes que ele cria pra mim e isso é a verdade dele, e essa verdade prevalece, ele não aceita que isso não seja verdade, pede pra eu, pergunta pra mim, fica me pressionando porque que eu não assumo e eu digo que eu não posso assumir algo que eu não faço.

P6: *Na primeira situação é, a violência sexual, óbvio, mas também teve uma parte psicológica de tentar me desmentir, falar que nada daquilo tinha acontecido e por fim a admitir que tinha acontecido sim, mas só pra mim, não com os parentes não com a família. [...] E na segunda situação é, psicológica mesmo porque depois que eu botei um ponto final nisso, eu tive várias retaliações por parte dele...*

Sendo a violência contra a mulher um fenômeno que pode-se manifestar de várias formas, as mulheres estão a mercê de sofrerem todo tipo de violência. Tratando da violência psicológica, Schairber classifica como “humilhações, ameaças de agressões, privação de liberdade, impedimento ao trabalho, danos propositais a objetos queridos, a animais de estimação, danos ou ameaça a pessoas queridas”. Para qualificar a definição dessa violência, Minayo (2006) define como o fato de desqualificar a mulher através de piadas e ironias, menosprezar e ofender o corpo, insinuar que tem amante, ofender a moral da família, desrespeitar o seu trabalho dentro ou fora de casa e ainda, criticar de modo depreciativo e contumaz sua atitude como mãe e mulher por meio de frases ofensivas.

Com o tempo, as consequências das violências sofridas veem à tona e obviamente não despertam algo positivo nas mulheres, pelo contrário. Quando perguntadas sobre as sensações e os sentimentos, muitas mulheres questionaram o fato de se sentirem culpadas e em alguns casos, não entendem o porque sofreu a violência, sendo que não existia um “motivo aparente”. Outras mulheres descreveram sentir culpa e nojo, outras desenvolveram algumas doenças como a depressão, síndrome de pânico, ansiedade, compulsão alimentar e etc. As respostas na íntegra foram:

P1: *Eu sentia muita tristeza, isso me deixava muito triste, me deixava assim num estado, me deixava triste me deixava nervosa, tanto é que tem sequelas disso até hoje. Eu questionava muito eu chorava muito porque que eu tinha que passar por aquilo, se já que eu não fazia nada, nem amigas eu podia ter, então ele me deixou totalmente dependente dessa situação e eu por amor aos meus filhos, por respeito a família né de ter constituído uma família eu não tomava atitude nenhuma, só acatava o que ele falava.*

P3: *Ah eu comecei, primeiro eu comecei a me sentir culpada, porque eu achava que eu não era, assim eu era a ruim. [...]E eu me sentia culpada... durmo um pouquinho a mais, porque como eu não trabalhei nesse período se eu dormia, digamos, até 8 da manhã pra mim já me sentia culpada, “não eu já perdi uma hora” então eu já tinha que, até porque eu entrei na paranoia de tudo tá perfeito e eu tinha que lavar a casa todos os dias, eu tinha que lavar roupa e passar roupa todos os dias, só que ai quando não era uma violência psicológica de ele cobrar, ai vinha a cobrança de fazer alguma coisa ainda de noite, tinha que tá descansada tinha que tá arrumadinha e eu tinha que tá com o cabelinho arrumado e tinha que tá toda arrumadinha pra ele satisfazer o prazer dele. [...]“Ah eu não faço eu vou ser uma*

esposa que não é boa né o suficiente” só que isso foi, me estressou tanto tanto tanto a ponto de eu perceber que eu estava com depressão e a depressão veio com o sentimento de culpa, porque tudo eu era culpada e eu me frustrava porque né eu não tinha o corpo que eu quero ter e ele merece um corpo bonito eai foi o momento que tive compulsão alimentar, então eu comia muito, muito doce, muito isso muito aquilo e.. tava assim engordando e ao mesmo tempo adoecendo porque eu não conseguia comer.. “ah você tem que arrumar seu cabelo, você tem que passar maquiagem” mas eu não tinha maquiagem, eai foi, ai quando eu comecei a ter um sentimento de muita inveja e comecei a me... é a me excluir demais das pessoas porque eu via que eu não era é assim... se eu via você arrumada, com a unha pintada com o cabelo arrumado eu achava que eu não tinha assunto pra conversar com você ou você não merecia conversar comigo porque eu não tinha isso, e eu começava a me excluir demais das pessoas que eu achava que... Tanto é que ele falava assim “ah você não trabalha, você não tem assunto pra conversar e tudo mais” e eu começava a me excluir porque eu achava que eu era um incomodo pras pessoas.

P4: *Nojo, raiva, angústia, tristeza, ahn, acho que só. Você se sentia culpada? Com certeza.*

P5: *Não é de culpa não, é de mágoa, uma mágoa muito grande dentro de mim, um sentimento assim de dúvida em relação assim, porque que eu to vivendo isso, por que esse cara ta pensando isso de mim, o que que eu fiz pra esse cara tá pensando isso de mim, sendo que eu não fiz nada, é medo também que eu tenho, eu tenho medo dele, de ele ser agressivo fisicamente comigo e o sentimento é esse, de dúvida, de incerteza, de medo de o que que pode vim depois, sei lá já que tá com essa agressão psicológica, pra vim uma física não vai demorar muito.*

P6: *Na primeira situação quando eu tinha quatorze anos eu me sentia burra, com raiva, com nojo de mim e me perguntando tipo se eu tinha feito alguma coisa pra aquilo acontecer.*

Em relação à culpa, Langley e Levy (1980) acreditam que a mulher em situação de agressão não menciona o ocorrido por causa da culpa sentida, visto que ao mencionar o fato o problema da culpa viria à tona, deixando-a mal. Como descrito nas respostas, muitas mulheres não entendiam o porquê da violência e conseqüentemente se sentiam culpadas, visto que como não existia um motivo aparente a culpa seria dela. Oliveira (2007) pontua os sentimentos de raiva, desgosto, mágoa, vergonha e tristeza como fruto da cultura de gênero, que é uma cultura determinada pela historia e normas de um povo. A *Population Reports* exemplifica algumas conseqüências da violência como lesões, deficiência funcional, sintomas físicos, invalidez, obesidade grave; estresse pós-traumático. Depressão, ansiedade, fobias, distúrbio alimentares, disfunção sexual, baixa autoestima, abuso de substancias. Tais sintomas são pontuados nas falas das vítimas, principalmente a depressão, fobia e distúrbios alimentares.

A percepção das mulheres frente à violência tem se modificado, como visto nas perguntas iniciais, muitas mulheres abordaram diferentes tipos de violências. A

violência contra a mulher não é mais entendida apenas como a violência física, diante disso, quando questionadas da compreensão que as participantes tinham de que a violência contra a mulher não é só violência física as respostas foram unânimes, todas responderam que sim, que têm essa compreensão.

P1: *Sim. Porque o fato da pessoa ser agredida verbalmente, emocionalmente é uma violência.*

P2: *Sim!*

P3: *Sim, hoje sim! Antes a gente não enxerga quando você tá sofrendo um..., tá num relacionamento assim, abusivo, você não enxerga no momento, você só se culpa você so se fica se cobrando e você não enxerga que a fonte do do mal não é você é o outro. E só o momento que ele se distancia que você vai ver “Não, eu não penso assim”, “Ah, os meus ideais não são esses”.*

P4: *Sim. Não é só física, existem outros tipos de violência que fazem as mulheres sofrerem tanto quanto a física, até porque eu sofri uma violência sexual e tem também a violência psicológica que acaba com a auto-estima da mulher e muitas vezes faz com que ela se culpe de estar na situação em que se encontra.*

P5: *Tenho, só tenho. E eu acho que a violência verbal, a violência psicológica deixa mais traumas que uma violência física né, assim acho que com o passar do tempo acarreta várias doenças né inclusive síndrome do pânico, depressão, acho que depressão muitas vezes vem disso né, dessa violência psicológica que você sofre e você não consegue é se não consegue que as pessoas acreditem em você, e assim com o passar do tempo a agressão psicológica chega em um estágio que até mesmo você dúvida de você próprio, será que realmente eu não to fazendo isso, com o passar do tempo com tanta agressão psicológica você acredita que você realmente está errada.*

P6: *Total compreensão disso, né. Na verdade quando uma mulher sofre a violência física, na verdade eu acho que são uns dos ultimos pontos a chegar de fato a concretização sabe, antes disso tem muitas outras coisas, tem a violência verbal que á alguém xingar você, menosprezar você, toda violência psicológica de botar você pra baixo, te afastar de outras pessoas, enfim, acho que a violência física é um dos ultimos pontos assim.*

A Lei Maria da Penha é o resultado desse “mix” de violências, pode-se pensar no primeiro momento que a lei é majoritariamente voltada apenas para a proteção da mulher em situação de agressão, mas além da violência física, a Lei ampara os outros tipos de violências, muito bem colocadas pelas entrevistadas, que são a violência doméstica, violência de genero, psicológica, verbal, sexual. Como já mencionado, Schraiber (2005) e Minayo (2006), descrevem sobre os tipos de violências e suas abrangência como sendo: física - abrange tapas, empurrões, chutes, bofetadas, puxões de cabelo, beliscões, mordidas, queimaduras, tentativa de asfixia, ameaça com facas e tentativas de homicídio; a psicológica envolve

humilhações, ameaças de agressões, privação de liberdade, impedimento ao trabalho, danos propositais a objetos queridos, a animais de estimação, danos ou ameaça a pessoas queridas e a sexual aborda as expressões verbais ou corporais que não agrada a pessoa, toques não desejados, “exibicionismo e voyeurismo”, prostituição, pornografia e relações sexuais forçadas.

Ao serem indagadas sobre as motivações que tinham para buscar ajuda, a maioria das respostas foram bem distintas. As semelhanças são observadas para com as mulheres que tem filhos, os filhos eram o motivo que davam força para que a vítima saísse da situação de violência. Algumas mulheres não tinham nenhuma motivação, tal resultado pode estar atado ao fato de que as participantes não contaram a ninguém a violência vivida.

P1: Meus filhos que me fizeram não desistir. Mas de ajuda mesmo eu [eu] procurava pessoas que podia... grupos de apoio na igreja, a família, principalmente a família dele, mas na igreja até que eu consegui um pouco apoio né, mas na família ninguém. De suporte assim que, eu me apoiava era na igreja.

P3: Foi dos filhos

P4: Nenhuma, zero, até porque eu não contei pra ninguém sobre o que tinha acontecido, justamente por estar vulnerável, por me sentir meio culpada por ter acontecido.

P5: Motivação... é a sobrevivência, sobreviver. Você em primeiro lugar, a sua vida, não colocar sua vida em risco, então é a questão do sobreviver mesmo.

P6: Na verdade, no início foi foda, porque eu não contava pra ninguém, eu não tinha com quem conversar com esse tipo de assunto, minha mãe mesmo só foi descobrir quase três anos depois [...]. A partir do momento que eu fui contando os tipos de situações que tinha acontecido comigo, as minha amigas foram contando situações que tinham acontecido com elas, e ai meio que a gente se ajudava e etc.

Os filhos por um lado podem ser os motivadores para que as mulheres saiam da realidade de agressões e violências, por outro lado, os mesmos podem ser o motivo para que as mulheres não denunciem seu conjugue/parceiro e etc. O relatório do DataSenado, expresso no Quadro 1 explica isso. Quanto às mulheres que não tiveram motivação por não ter colocado sua situação ao conhecimento de ninguém ao seu redor, pode ser explicado por Langley e Levy (1980), quando desenvolve que “as mulheres não contam nem mesmo aos parentes ou às suas amigas mais íntimas que foram agredidas”, deste modo, o comportamento das mulheres passam a ser mais reservados e muitas começam a se afastar do seu ciclo social.

4.3.3 Suportes e fontes de informações para sanar necessidades.

O segundo tópico principal analisa os dados referentes às percepções das mulheres diante dos suportes e fontes de informações que tiveram acesso e foram utilizados mediante as situações de violências. Para as mulheres que são vítimas da violência contra a mulher, os suportes e as informações podem contribuir para que elas consigam sair dessa situação e recomeçar sua vida.

Mesmo diante das motivações, algumas mulheres não reagem (e não reagem, em alguns casos) à frente da violência, não pensavam em denunciar ou apenas esperava uma melhora da parte do agressor. Essa reação foi perceptível quando indagadas sobre o que fazia diante disso (violência):

P1: Ficava na minha, esperando a mudança da pessoa, que nunca acontecia, achava que com o tempo tudo ia melhorar, mas piorou tudo.

*P2: Tipo, eu já...assim, eu já tentei. Cheguei nele, conversei de tudo que tava acontecendo, mas sempre quando acontecia... ele passava alguns minutos ele me pedia desculpa e falava que não ia acontecer mais, mas aconteceu outras vezes e eu sempre perdendo, sempre. Mas, a gente teve algumas conversas até no dia que eu resolvi deixa-lo, eu falei "não quero mais" coloquei um ponto, né mas passou mais ou menos uma semana, ele veio atrás de mim e a gente conseguiu viver, né bem e nunca mais aconteceu, sabe? Graças a Deus!
Física*

P4: Nada! Eu me calei, eu me fechei durante muito tempo, é eu não consegui ter relações durante muito tempo também. Nada eu simplesmente me fechei pra tudo, tanto pra ter relações, pra pessoas, enfim.

P5: Saber os canais de ajuda, eu sei, mas no momento que tá acontecendo a situação, eu prefiro ficar calada, na hora da agressão, eu prefiro calar por medo.

A partir das respostas das participantes, é perceptível a existência de alguns fatores que impedem a ação da mulher contra o agressor e que muitas vezes a mantêm caladas, como por exemplo, fazer a denúncia. Esses fatores podem ser compreendidos como: acreditar que seria a última vez que ocorreria a agressão; medo do agressor e achar que não existe punição. A vista disso, o Relatório de Violência doméstica e familiar contra a mulher, descreve os motivos pelo o qual a mulher não denuncia o agressor, sendo: "Medo do agressor; Dependência financeira; Preocupação com os filhos; Não existir punição e ter vergonha da agressão; Acreditar que seria a última vez; Não conhecer seus direitos" (DataSenado,2015).

Quando interrogadas se elas (as mulheres vítimas da violência) tinham algum suporte, as respostas foram divergentes, algumas mulheres não possuem nenhum tipo de suporte e outras possuem suporte informal, como amigas, parentes e etc. Apenas uma participante teve um suporte baseado na informação.

P1: Nenhum suporte, isso ainda acarretou em uma depressão e em vários problemas de saúde por não saber como reagir.

P3: Tive! Uma coisa que me chamou muita atenção, não sei se você viu esses dias no Instagram, tá rolando uma imagem de uma menina com um buquê de flor na mão, que tá toda machucada. Foi quando eu vi essa imagem, que eu falei “gente, assim”, toda vez que o (agressor) me batia ou alguma coisa assim, sempre ele chegava com flores, e isso me marcou muito quando eu vi essa imagem, porque eu sempre perdoava, quando ele, porque ele sabe que eu gosto de flor né, gosto de plantas, essas coisas, e toda vez que ele vinha com as flores eu já falava “poxa, acho que eu que tô muito alterada né, eu acho que tem perdão, dá pra concertar”, só que só piorava. Então quando eu vi essa imagem dessa campanha eu falei, gente eu me vi muito naquela imagem, ele com a cara assim super sarcástica né e a menina já assim bem sofrida, e segurando a flor porque gosta de receber flor, e toda mulher gosta de ser mimada, então essa campanha me chamou muita atenção.

P4: Não

P5: Pelo conhecimento que eu tenho, eu sei que isso é uma agressão psicológica né, mas hoje o suporte que eu tenho buscado, é mais ou menos assim, eu já falei da questão da sobrevivência, é falar, é contar pra alguém próximo a mim, minha família, por exemplo, o pessoal da igreja, pra saberem o que tá acontecendo, porque tipo assim eu não to só, alguém tá sabendo o que eu to passando.

P6: O suporte que eu tive como eu falei foi as minhas amigas e etc, meu pai soube antes da minha mãe, e o meu pai, eu pedi pra ele não contar pra minha mãe e o que meu pai fez foi me tirar de casa, mas não pra morar com ele, mas ele me colocou na casa da minha vó e eu fiquei morando lá. O que aconteceu foi que minha mãe entrou em depressão depois de um mês que eu sai de casa, porque eu tinha saído de casa sem avisar pra ela, eu tava saindo com a desculpa de que eu estava acabando com o casamento dela e ela ficou muito triste, meu padrasto me ligou disse como é que minha mãe tava e aí eu voltei pra casa e foi isso, logo que minha mãe descobriu ela me deu total apoio, ela não achou que eu estava mentindo e então me levou pro psicólogo.

Ter um suporte é importante, pois contribui para as mulheres reconhecerem que não merecem passar por violências, que a culpa não são delas, que é preciso falar sobre o assunto e não se silenciar diante dos atos. O suporte pode ser qualquer fonte de informação que ajude a mulher, mas que seja necessária uma comunicação. Assim sendo, Le Coadic (1996) aborda o ciclo de informação que consta com a construção da informação, a comunicação e o uso, assim o usuário pode recuperar a informação que lhe vai ser útil, como observado a partir da

resposta da P3 que construiu uma informação importante baseada na campanha da rede social e conseqüentemente teve-se a comunicação, visto que ela compreendeu a mensagem da campanha, e por fim, após o reconhecimento ela utilizou a informação aplicando na sua realidade com o esposo.

Em semelhança a este momento, foi perguntado as entrevistadas se as mesmas buscavam informações sobre a violência contra a mulher; uma parte das mulheres não buscava diretamente essas informações, mas procuravam saber sobre relatos de quem já sofreu a mesma violência, como exemplo, casos de mulheres que já foram estupradas ou abusadas. Outras participantes não buscavam informação sobre o tema, por diversos motivos e apenas uma participante buscava informação, como demonstram os dados a seguir:

P1: *Não, não buscava por medo, por vergonha.*

P2: *Não, nunca fui atrás. Como eu te falei, eu nunca fui atrás porque eu gostava dele e nunca... todas vezes que ele me bateu eu nunca cheguei, nem cheguei a falar para ele "eu vou na delegacia" porque eu tinha medo dele fazer alguma coisa e também porque eu gostava dele, sei que o que ele estava fazendo ele não estava "sã" quando ele fez isso comigo e eu não queria, entendeu? Ver o mal dele, apesar dele estar me fazendo mal.*

P3: *Não. Nada, informações formais. Eu via que não tava certo, mas eu pensava como, acho que não é o meu caso, como eu me sentia muito culpada eu falava não, que nem nas primeiras vezes que aconteceu assim de violência mesmo agressão, eu falei "não acho que é porque eu mereço mesmo", a gente se sente tão culpada que fala não isso ai é porque eu mereço, mas ai depois que vai vendo que "não, não tá certo" e depois fica perguntando será que eu tô sofrendo violência? [...] gente, ele tá fora do controle" e eu tenho que tomar providência, e ai foi quando eu falei com minha mãe, só que minha mãe achou assim... que como ele tem muita lábia, o "agressor" tem muita lábia, ele conseguia convencer as pessoas de que era só uma discussão de casal, mas eu não conseguia me expressar pra falar a forma que era, o que que eu estava passando realmente, que ele estava me batendo mesmo.*

P4: *Informações não contra a mulher, mas eu fiquei meio fissurada na época, porque eu queria saber de outras pessoas que tinham passado pela mesma coisa, na época tinha, tava na época do Orkut, então eu vi muita comunidade de pessoas que passavam pela mesma coisa, muitos relatos, mas nunca busquei ajuda e nem quis.*

P5: *Na verdade não, até porque é uma coisa tão em evidência hoje em dia, que as informações tá ai, ce tá bem ta bem de fácil acesso, mas assim eu não busquei um canal assim tipo pra pedir ajuda, olha você vai lá e faça alguma coisa, a única coisa que eu procurei foi, informar minha família sobre o que está acontecendo pra eles estarem ciente de qualquer coisa, mas assim, é aquela questão mesmo, de tá acontecendo alguma coisa, de quando acontece a agressão verbal assim, eu fico assim atenta as coisas dentro da minha casa, pego minha chave fico segurando, pego meu celular fico segurando, fico com a porta aberta, pra caso aconteça alguma coisa eu já saio 'voada'*

P6: Depois dessa situação toda, meio que a violência contra a mulher virou uma causa minha, obvio, entao eu sempre pesquisava, quando tinha noticias, Correio Brasiliense e etc, eu sempre abria eu sempre via, acho que mais pra vê que não era só comigo tambem, mas como isso é tao comum e comecei a entrar nessa causa, e não só nessa causa mas em outras causas como o feminismo, entender como nossa sociedade é machista e etc, minha monografia tambem foi sobre esse tema, na verdade minha monografia foi sobre “Violência contra crianças e adolescentes” um programa chamado PAIR é, Programa de Ações Referenciadas de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, então a partir desse momento eu comecei a ter muita literatura né, muita muita, muita busca, literatura não, muitas informações eu estava cercada de informações, minha monografia foi sobre isso, entao tem todo um teor ali, fiz entrevistas tambem como você ta fazendo agora, mas eu não fiz entrevistas com vítimas eu fiz entrevistas com coordenadoras do programa né.

A vista desses relatos, percebe-se poucas respostas semelhantes, assim, de maneira geral pode-se compreender uma divisão na quantidade de mulheres que buscavam a informação. Com isso, em relação a fala das participantes 1 e 2, o medo e a vergonha impediam que elas buscassem informação, assim Langley e Levy (1980) defende que a vergonha é uma atitude que inviabiliza a violência. É possível verificar pela fala da P2 que ela teve a compreensão de que buscar informação sobre a violência contra a mulher se referia a tomar alguma atitude que envolvesse a justiça, isso por conta de prezar que nenhum mal acontecesse ao seu esposo, deste modo, ela expressa o medo dela. Algumas informações se deu de maneira informal, como é o caso da participante 3. Nesta investigação se aplica todo tipo de informação, como a informal e a formal, a vista disso, Le Coadic (1996) explica a informação como um “conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc”.

Como a maioria das mulheres não buscaram informações sobre a violência contra a mulher, ao serem indagadas pela forma que buscaram, onde, com quem e sobre o que, não se teve resposta, uma vez que as respostas já ficaram subtendidas na pergunta anterior. Como apenas três mulheres buscaram de certa forma alguma informação é possível exemplificar que dentre as três, duas utilizaram as redes sociais (Orkut e Instagram) para localizarem relatos de casos semelhantes, uma dessas realizou pesquisa sobre o assunto pela internet em sites de noticias. A P3 tentou buscar informação de forma informal com a mãe. Diante disso, as pessoas raramente usam fontes formais, ao invés disso, passam a reunir e confiar em fontes

informais, principalmente em amigos e familiares durante toda a vida, visto que as fontes informais acabam sendo mais acessíveis como já destacado por Case (2007).

Sendo a Lei Maria da Penha uma informação valiosa, foi solicitado às entrevistadas que respondessem sobre o conhecimento da LMP e se a considerava importante para que outras mulheres deixem de ser agredidas, explicando o porquê. A partir das respostas há um consenso de que a Lei em questão é importante, conforme descrito:

P1: *Ouvi muito falar, mais ou menos. Com certeza pra não acontecer com elas o que aconteceu comigo, hoje sou uma pessoa que estou doente justamente por causa disso, por não ter procurado apoio na lei Maria da Penha. Não procurei ajuda na lei Maria da penha por ter pouca informação.*

P2: *Sim. Claro. Assim, porque eu acho que essa lei, né para que muitas mulheres não tenham medo de falar o que está sentindo, entendeu? Que elas já passaram na vida, é isso aí.*

P3: *Mais ou menos. Sim, é importante, acho muito importante, porque eu tive suporte com essa Lei né. Ele tá com a medida protetiva é por conta dela, porque senão só era mais um episódio de briga de casal e ficava por isso mesmo, não tinha, não teria essa proteção. Então hoje eu me sinto mais segura por conta disso, porque qualquer ameaça que ele me fizer eu sei que eu vou ser protegida sem ele, ele não vai ter direito de falar nada, ele só vai... então acho que foi muito importante por conta disso.*

P4: *Sim. Com certeza. Porque acredito que ela dá uma segurança, ela dá segurança pra mulher, apesar de muitas mulheres usarem de forma errada, é eu acho que atualmente ela tem agido com mais vigor, então ela é importante sim, principalmente nos dias atuais que tem muito caso de feminicídio. Você acha que com ela as mulheres vão deixar de ser agredidas? Não, não vão não. Vei eu acho que a importância dela é a mulher saber que ela tem um suporte, não no caso de “ah existe a lei as mulheres vão parar de apanhar”, não eu acho que tem muito homem babaca que tá foda-se, então eu acho muito difícil as mulheres deixarem de serem agredidas de qualquer forma que seja por conta da Lei.*

P5: *Conheço de, nunca li sobre, mas eu conheço, sei que existe. Com certeza, porque através dessa lei foi como a mulher conseguiu ter voz, alguém conseguiu ouvir, porque antigamente num existia essa questão da lei maria da penha e os homens fazia o que queriam o que bem desejava e não acontecia nada, então com essa lei muita coisa ainda acontece? Muita coisa acontece! Mas deixou de acontecer muita coisa por conta dessa lei porque eles também tem medo.*

P6: *Eu conheço sim a Lei Maria da Penha, eu acho que é importantíssimo pra toda mulher é saber sobre essa Lei e de alguma forma se sentir resguardada né é tanto por lei como por instituições como a policia e etc, mesmo a gente sabendo que na pratica isso é isso ainda não acontece como deveria acontecer idealmente é a gente sabe que muitas mulheres são desencorajadas a fazer a denuncia então é um grande problema que a gente ainda enfrenta, mas eu acho que é fundamental a gente divulgar cada vez mais pras mulheres entenderem que elas estão em uma situação de risco né, risco da vida, que elas podem recorrerem a outras instituições e que elas não estão sozinhas acho que esse é o ponto mais importante*

e que foi um ponto que me ajudou bastante, “eu não estou sozinha”, outras pessoas passaram por essas situações e outras pessoas conseguiram sair dessas situações e seguir em frente, é acho que pra uma mulher que tá numa situação dessa de violência é isso que ela quer que aconteça, que passe e que de alguma forma a justiça seja feita sabe.

É possível perceber que a Lei Maria da Penha é considerada uma Lei de proteção que é importante para amparar as mulheres e as manterem seguras, além de reconhecerem por meio da Lei o risco que estão passando quando se encontram em relação de violência. É tida como a lei que deu voz as mulheres. Nesse contexto, Campos (2015) afirma que a Lei Maria da Penha “é o principal instrumento legal para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. Na íntegra a Lei cria mecanismos para coibir, prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, uma vez que estabelece medidas de assistência e proteção as mulheres em situação de violência. Além da Lei Maria da Penha, é possível identificar outras leis que auxiliam e protegem a mulher, como a Lei do Femicídio e Contra a dignidade sexual.

4.3.4 *Uso da informação*

Quando inquiridas se as informações (formais/informais) contribuíram para que as participantes saíssem da situação de violência contra a mulher e como contribuiu, é perceptível que para a maioria das participantes a informação contribuiu, principalmente as informações informais. E as informações ajudaram as mulheres a perceberem que elas não eram/são culpadas pela violência sofrida e que elas são amparadas pela justiça. Em alguns casos, as informações não foram úteis. Os dados a seguir apresentam as falas de algumas mulheres a respeito da contribuição da informação para a vida delas:

P2: Sim, levei em consideração o que minha prima falou, mas eu nunca ameacei ele. Falei “eu vou na delegacia” Nunca! Eu apenas cheguei nele e falei que a situação que eu estava vivendo, né não dava para mim porque estava me machucando e por causa da nossa filha eu não queria ver ela crescendo no meio dessa coisa que a gente estava vivendo, né? Dessa violência, né? Mas eu nunca cheguei a fazer isso (pesquisa sobre violência contra a mulher na internet) porque até então naquele tempo não era tão intenso como está hoje, sabe. Naquele tempo tinha sim muito caso de violência contra mulher, mas não tão recorrente como está agora.

P3: *Sim, contribuíram. Acho que a primeira pessoa que falou que não tava certo, foi quando eu falei com minha mãe, eu falei pra ela que precisava de conversar com ela sério, eu falei com ela o teor que estava já a situação. Falei “olha mãe, tá acontecendo isso, isso e isso, ele me bate muito, ele tá fora do controle, ai eu falei da situação que ele me enforcou muito forte” ai ela falou “não, isso não ta certo” e ai eu acho que foi o primeiro apoio que eu tive assim, não para que já saiu do controle e ai foi quando eu pensei “ não, a próxima, se chegar a ter uma próxima vez eu vou denunciar”. Porque, das outras vezes é, ou eu já tava na porta da delegacia, né, teve uma vez que eu já tava na porta da delegacia ai eu falei “não, não precisa né” que a primeira coisa que vem é: vai ser preso e eu vou ficar sem assistência, porque eu não trabalho, e assim quando a mulher também trabalha, tem uma certa independência financeira, também tem isso, ele assim, além de ser respeitada, porque quando eu trabalhava eu era respeitada, agora quando eu dependia, ai a gente já fica naquele medo, ele vai ser preso e eu vou ficar na mão.*

P4: *Assim, o que eu li sobre foi de pessoas que passaram sobre a mesma coisa, e assim, ate hoje eu me sinto culpada, porque se eu não tivesse ficado com ele nada teria acontecido e eu não teria passado pela situação, então acredito que as informações que eu tive acesso não me ajudaram nesses aspectos de saber que o que ele fez foi errado, foi um crime, porque foi uma coisa que se eu não tivesse dado o primeiro passo, não teria acontecido então de certa forma eu me culpo por isso.*

P6: *Eu infelizmente não busquei por essas vias, primeiro porque o meu primeiro abusador é pai da minha irma, então eu resolver não realizar a denuncia, não efetivar nada, pra não ter consequências muito maiores. E ai eu tambem me sinto um pouco hipocrita né de tá falando lute pela sua causa, denuncie e etc, quando na verdade a gente sabe que o buraco é bem mais embaixo.*

O uso da informação segundo Choo (2003) detém da seleção de mensagens relevantes no espaço mais amplo da informação, de modo que isso gere uma mudança no estado de conhecimento do indivíduo ou em sua capacidade de agir

Diante do exposto é possível perceber que a utilização da informação feita por cada participante se diferencia, isso porque as informações podem ser selecionadas ou ignoradas, como explicado por Case (2007). Isto ocorre devido a necessidade informacional de cada individuo, logo “a busca e o uso serão direcionados de maneira distinta para cada um”. Além disso, as vítimas podem não ter empregado técnicas na hora de realizar a pesquisa sobre o tema e assim, não conseguem solucionar os problemas. De modo geral, a informação pode não contribuir para a vítima, como é o caso da Participante 4.

A vista disso, para compreender os sentimentos das mulheres frente a contribuição ou não da informação, elas foram questionadas se as informações causaram satisfação ou frustração, de modo geral. Algumas participantes tiveram as duas sensações, algumas se sentiram satisfeitas por que com a informação foram

capazes de sair da situação de violência e outras se frustraram por estarem nessa situação e não ter saída. Com isso, os dados a seguir, constataam esses sentimentos:

P1: Eu tinha vontade né de tomar uma decisão e ao mesmo tempo eu tinha frustração, eu tinha medo de acabar com a família com meus filhos.

P2: Frustrada, porque na maioria do tempo a gente ouve “Larga que ele não vai te fazer mais isso” acha que é assim simples, só largar entendeu? Que não tem uma vida, que não tem sentimento, que não tem os filhos, entendeu? Não é bem assim.

P3: Satisfação ou frustração? As duas coisas. Eu fiquei frustrada por ter demorado reconhecer, porque eu já sabia, eu já tinha lido né sobre Maria da Penha, passa no jornal, passa nisso e naquilo e eu já sabia, mas eu, eu me cegava, eu auto me sabotava. E eu tive satisfação por não ter deixado postergar mais, assim, por não ter... ter colado um fim, e não ter deixado, sabe me levar, porque o fim ia ser o fim mesmo, não ia ter outra saída, era o fim fim!

P4: Frustração, porque tipo assim, não era algo, na época não era algo falado, muito falado né, então acho que ate hoje essa questão de estupro, enfim ela é muito, as pessoas não divulgam sobre, então não tem como a mulher saber que isso também faz parte, essas pessoas leigas, isso também faz parte da violência contra a mulher, então na época não era muito falado, como hoje em dia também não é e então, tipo assim, eu não sabia se, como proceder com a situação, eu não sabia lidar, eu achava que de certa forma não teria como eu provar que eu sofri o que sofri, então na época pra mim foi frustrante.

P6: Então quando eu comecei a conversar com algumas amigas, uma delas tinha passado por uma situação muito parecida com ela e a irmã dela, e a mãe não acreditou nelas, e quando ela contou que a mãe não tinha acredita que ela teve que ir morar com a avó e etc isso me deixou muito frustrada e desencorajada de contar pra minha mãe, acho que foi por isso que eu não contei, então algumas fontes me desencorajavam num certo ponto e outras fontes me davam forças pra seguir em frente sabe, não deixar a peteca cair e etc, é quando eu vejo essa notícias hoje, isso aconteceu comigo há 10 anos, mais de dez anos atrás agora, então vê isso ainda acontecendo é triste

A sensação de frustração pode ser entendida como uma sensação de conflito ou tensão, visto que as informações não supriram a necessidade desejada. Isso pode ser fundamentado por Choo (2003) ao explicar que quando a pessoa “encontra informações que contrariam suas crenças e pressupostos, ele experimenta uma sensação de conflito ou tensão”. É observável tal afirmação diante da fala da participante 4, que menciona que na época não sabia proceder diante do estupro e se frustrou por isso não ser tão falado no período em que sofreu a violência.

Por fim, para finalizar a entrevista, foi pedido às participantes que descrevessem como as informações na qual elas tiveram acesso sobre violência contra a mulher contribuíram para elas serem as mulheres que são hoje, exemplificando o porquê. Com base nas declarações é perceptível que as

informações foram positivas e que atualmente elas são mulheres fortes e deram a volta por cima, como pode ser percebido nas transcrições:

P1: Difícil essa, (...) contribuiu né, hoje eu me sinto uma pessoa né sem, contribuiu, não sei se para meu bem ou não, mas contribuiu, porque hoje eu não tenho nenhuma pessoa e eu falo né pra outras pessoas que estão na mesma situação pra não fazer como eu fiz antes.

P2: Então, eu conversava bastante com a minha prima aí a gente conversou sobre o assunto e hoje eu sei meus direitos, mas eu nunca fui na delegacia e nem ameacei ele, mas eu sei que eu posso contar com a delegacia das mulheres e todo apoio que a gente tem hoje, grupos no facebook.

P3: Ah, pra acordar pra vida né! Já chega! Primeiro que já chega de humilhação, achava que era uma questão de, eu já estava acostumada a passar por isso, só que aquilo não era costume, toda vez me machucava, eu falava “ah, deixa pra lá” toda vez que ele começava a falar alguma coisa, ou até mesmo me batia, eu falava “ah, deixa isso pra lá”, só que aquilo me machucava todas as vezes, e não era um machucar e passava, era um machucar que ficava e acabou se tornando traumas, e ai me ajudou muito as informações porque deu um fim, parei, eu to muito bem hoje, não sinto falta de, de ter uma pessoa pra que me maltratasse pra mim ter um carinho, não, eu tenho que ter uma pessoa pra ter um carinho e ter mais carinho!

P4: [...]o que o fato, ahn, trouxe pra minha vida, foi muito amadurecimento, porque eu amadureci muito depois do que ocorreu, apesar de ter danos psicológicos até hoje, é essa situação realmente me fez abri os olhos pra outros problemas da minha vida, principalmente em relação a homem e mulher, então não as informações em si mas o fato, me tornou uma mulher muito madura e muito mais rápido do que eu esperava.

P6: É eu acho que se tiver uma próxima situação eu vou saber lidar melhor com ela, no, quanto a situação no meu trabalho, eu de novo não realizei uma denuncia formal, ate porque na época eu era uma terceirizada e o cara era o presidente da agencia, então eu achava que eu seria desacreditada da mesma forma, mas, eu eu me vejo tendo outros posicionamentos, que nem eu te falei, de me manter afastada, na agência todo mundo via essa situação, então todo mundo tentava me proteger de certa forma, eu acho que a gente vai amadurecendo e vai tendo cada vez mais informações e vai aprendendo a ser mais forte sabe, a enfrentar as coisas, em alguns momentos eu consegui sim enfrentar mesmo que não tenha sido pelas vias de denunciar as ações.

Tal como observado nas transcrições, as informações contribuíram de alguma maneira em relação a vida de cada mulher, transformando seu jeito de pensar, de agir, sendo capaz de transformar o modo de vida dessas mulheres. Muitas não aceitam mais a submissão, a agressão, outras reconhecem seus direitos e sabem se colocar diante de situações constrangedoras.

Ao longo da entrevista, por utilizar do processo de entrevista semi-estruturada, teve-se a oportunidade de perguntar como as mulheres agiriam atualmente, depois de ter sofrido a violência e reconhecer seus direitos por meio da informação. Acerca disso foram perguntadas: “com tanta informação que você já

recebeu, se você estivesse na mesma situação, como agiria?” Todas as participantes responderam que não permitiriam outra situação assim (de violência), que não passaria por isso de novo, por que agiriam diferente e algumas ainda arriscam em dizer que devido as informações adquiridas conseguiriam falar pras outras pessoas e que prestariam queixa. Algumas participantes descrevem sobre:

P1: *“Hoje eu agiria diferente, não como no passado. A informação contribui pra não está na situação de violência, com certeza contribui sim, porque é eu ainda sai viva né dessa história toda cheia de problemas de saúde, mas ainda estou com vida e muitas outras que agiram como eu agi e perdeu a vida”.*

P2: *Primeiro que eu não pensava duas vezes, porque antes eu era uma menina insegura e hoje mais madura que antes, eu iria numa delegacia sim. Porque, se eu e ele chegamos num acordo e demos um basta para isso não se repetir de novo pelo menos a agressão física né, é porque tinha aquele basta, teve que ter aquele basta. Se repetir, eu não penso duas vezes e vou numa delegacia sim*

P3: *Não passaria, nem chegaria a passar!*

P4: *Eu não gosto nem de pensar, eu acho que hoje eu conseguiria falar pra outras pessoas (...).*

Acerca disso, depreende-se realmente que a informação funciona como ação transformadora dos problemas sociais, como defendido pelos autores Garcia; Targino e Dantas (2012). No mesmo sentido, Brookes (1980) exemplifica que a informação é um misto de alteração de estruturas do indivíduo. Enfim, Araújo (1992) destaca que a informação é capaz de transformar a vida de um indivíduo, principalmente no que tange a produção de novos conhecimentos, pois tanto a informação quanto o conhecimento podem transformar as relações de poder, as quais subordinam e discriminam mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar de que formas as mulheres utilizam a informação como ferramenta para o enfrentamento da violência contra a mulher no DF. Para alcançar tal objetivo, fez-se fundamental detalhar os processos necessários, o que resultou em quatro objetivos específicos, sendo desdobrados em: traçar o perfil de vítimas de violência contra a mulher no DF; levantar, a partir da literatura, tipos de violência contra a mulher; identificar quais suportes e fontes de informação vítimas de violência contra a mulher utilizam para sanar suas necessidades sobre o tema e relacionar os comportamentos informacionais das mulheres vítimas de violência doméstica à tomada de decisão.

5.1 Traçar o perfil das vítimas de violência contra a mulher

O primeiro objetivo específico foi alcançado baseado nos dados pessoais obtidos pelas participantes P1 a P6. No início da entrevista foi traçado o perfil de cada participante, isso foi possível por que as mulheres se sentiram bastante descontraídas e transmitiram as informações pessoais com tranquilidade. As participantes responderam além da idade, escolaridade, profissão, faixa salarial, raça, orientação sexual, local de residência, lazer, hobbies etc.:

- Para maior compreensão acerca dos perfis relatados, é perceptível que a maioria das participantes, na qual representam 66,67%, tem de 20 a 26 anos, 33,33% das mulheres sofreram violência a mais de dez anos atrás na sua adolescência. Em continuidade, 33,33% das mulheres tem de 45 a 55 anos e foram vítimas de violência frequente depois dos trinta anos.
- Em relação a localização das vítimas, 83,33% das participantes, que correspondem ao total de cinco mulheres, residem em Ceilândia.
- A maioria das mulheres participantes não possui renda. Essa amostra corresponde a 66,67% do total das participantes.

5.2 Levantar, a partir da literatura, tipos de violência contra a mulher

O segundo objetivo específico foi atingido com as informações advindas da fundamentação teórica sobre o tema proposto. Foi possível conhecer as tipologias da violência contra a mulher, pontuando as diversas nuances da violência, principalmente a violência patrimonial e psicológica que são mais invisibilizadas. Além

de alcançar o objetivo por meio da literatura, foi possível levantar algumas informações sobre os tipos de violências diante das falas das participantes, por meio das questões 1 a 5.

- Embora uma participante não tenha classificado todos os tipos de violência existentes, as respostas em conjunto demonstram que todos os tipos de violências mencionadas na literatura apareceram, isso porque as respostas não foram as mesmas para cada mulher.
- As tipologias de violência mais comuns e citadas recorrentemente foram: física, verbal e psicológica. Em todas as falas, de maneira geral, as mulheres descrevem a violência psicológica como a mais “dolorosa” comparando-a até a própria violência física que se tem o uso da força.
- A violência menos citada foi a patrimonial, nos momentos em que a violência foi expressa, derivou-se da condução da pesquisadora. Foi notável a presença da violência patrimonial em alguns momentos na fala das mulheres, mas acredita-se que a vítima não reconheceu como tal violência, pois não manifestou ter sido vítima da violência patrimonial.

Diante disso, ao decorrer da pesquisa, foi possível alcançar por meio da literatura o levantamento das tipologias da violência. Em vista disso, as percepções desenvolvidas pelas mulheres em relação a essa questão são baseadas na literatura em questão.

5.3 Identificar quais suportes e fontes de informação as vítimas de violência contra a mulher utilizam para sanar suas necessidades sobre o tema

O terceiro objetivo foi alcançado em condição dos dados adquiridos mediante as questões 8 a 15, que referem aos suportes e fontes de informações para sanar necessidades. Foi possível identificar os suportes utilizados pelas mulheres em situação de violência, além dos sentimentos e sensações presentes nas vítimas. Diante disso, destacam-se os seguintes pontos:

- Inicialmente, algumas mulheres apresentaram dificuldades em compreender a pergunta e responder prontamente qual suporte utilizam. Percebe-se que depois de sofrerem violência e já sendo vítimas, as mulheres foram em busca

de informação sobre o assunto. Quando Wilson (1981) se refere que “as necessidades de informação nascem das tentativas de dar sentido ao mundo e as necessidades pessoais podem ser psicológicas, emocionais ou cognitivas” é possível explicar as atitudes das mulheres frente a busca da informação.

- Por ser uma opção de fácil acesso, o suporte mais utilizado pelas participantes foi à internet e os noticiários. As mulheres em situação de violência (contra a mulher) utilizam as redes sociais para encontrar amparo e força, sendo que as maiorias dessas mulheres utilizavam a rede social para buscar sobre outros casos e relatos semelhantes da mesma violência sofrida por elas.
- Além da internet (como sendo um suporte formal), o suporte informal foi o mais utilizado pelas mulheres. Acredita-se que isso é resultado do convívio social das vítimas, do ciclo de amizade e até mesmo da confiança na outra pessoa. Case (2007) notou que as pessoas raramente usam fontes formais, ao invés disso, passam a reunir e confiar em fontes informais, principalmente em amigos e familiares durante toda a vida, visto que as fontes informais acabam sendo mais acessíveis.
- Também foi possível identificar o uso de fontes informacionais jurídicas, para tentar sair da situação de violência. As leis serviram de instrumento para proteção e reconhecimento dos direitos das participantes, principalmente a Lei Maria da Penha.
- Ao longo do processo de acesso e uso de suportes e informações, todas as mulheres se sentiram frustradas a partir das informações obtidas. Choo (2003) destaca a frustração ao pontuar que quando o indivíduo “encontra informações que contrariam suas crenças e pressupostos, ele experimenta uma sensação de conflito ou tensão”. Isso implica que as mulheres não estiveram satisfeitas com os resultados. Pode-se concluir, portanto, que a frustração ocorre após o momento em que a mulher começa a enxergar a realidade que está inserida e percebe que tem muitos fatores que a impedem de sair da situação, como filhos, falta de renda, medo das ameaças do agressor entre outros..

- Por fim, diante das percepções das mulheres, as informações jurídicas são consideradas importantes e impedem que outras mulheres sejam agredidas ou vítimas de qualquer violência. Foi possível identificar a falta de informação para a vítima durante o momento da violência. Atualmente, as mulheres que suportaram a violência, salientam que se tivessem informação anteriormente não passariam pelo o que passaram. .

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu ABRAMO/SESC, 2010.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **“O dote é a moça educada”:** mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1252.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-Driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2411/1/ENSP_Disserta%20a7%20a30_Albuquerque_Elizabeth_Maciel.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 42-49, jan./dez. 1992.

ARISTÓTELES. **A Política**. [tradução de Roberto Leal Ferreira]. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BALSAMO, Sérgio Leão. **Mulheres vítimas de violência doméstica: como mudar essa realidade?**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Profissões da Saúde) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação nas Profissões da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Sorocaba, 2019. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22175>>. Acesso em: 10. ago. 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria, ALMEIDA, Tânia Mara (2015). Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o sistema de justiça. (pp.345-361). In: MACHADO, Bruno Amaral (org) Justiça Criminal e Democracia II. Brasília: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marcial Pons Editora do Brasil. (429 pp).

BANDEIRA, Lourdes. THURLER, Ana Liési. A vulnerável da mulher a violência doméstica: aspectos históricos e sociológicos. In: LIMA, Fausto Rodrigues, SANTOS, Claudiane. **Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Lúmen Juros, 2009. Pp. 159-167

BARSTED, Leila Linhares. **Lei Maria da Penha: uma experiência bem sucedida de advocacy feminista**. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_2_advocacy-feminista.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** (vol 2). Difusão Europeia do Livro, 1967.

BLOOM, Shelah S. (2008). **Violence against women and girls: A Compendium of monitoring and evaluation indicators**. United States: USAID.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGONHONE, Eny Ribeiro. **Violência doméstica e familiar contra a mulher face à Lei Maria da Penha**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2008. Disponível em: <<http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/123>>. Acesso em: 10.ago. 2019.

BORIN, Thaísa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30092008-125835/pt-br.php>>. Acesso em: 25. jul. 2019.

BORKO, Harold. **Ciência da Informação o que é isto?**. Disponível em: <https://edisciplinasusp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/OqueéCi.pdf> Acesso em: 22. set.2019

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Violência: uma epidemia silenciosa**. Brasília, CONASS, 2007. Disponível em: <https://www.conass.org.br/conassdocumenta/cd_15.pdf>. Acesso em: 12. ago. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 ago.2006.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em 10 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a

Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104/15**, 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art 1º da Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 mar. 2015. Seção 5, p.579. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm.> Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **A Violência contra a Mulher**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/a-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 11 ago. 2019

BRASIL. Senado Federal. **O Tipo de Violência Sofrida**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/o-tipo-de-violencia-sofrida>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Violência doméstica e familiar contra a mulher - Pesquisa DataSenado**. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>> Acesso em: 10 ago. 2019.
BROOKES, Bertram. C. The foundation of Information Science. Journal of Information Science, [S.l.], v.2, n.1, p.125-133, 1980.

CAMPOS, Antônia Alessandra Sousa. **A Lei Maria da Pena e sua efetividade**. Monografia (Especialização em Administração Judiciária) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Escola Superior de Magistratura do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2014/12/Ant%C3%B4nia-Alessandra-Sousa-Campos.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAMPOS, Mariana de Lima; ALMEIDA, Gustavo Henrique Moreira Dias. **Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 15, n. 2, p. 349-367, 7 abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8645969>>. Acesso em: 16.set. 2019.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CASE, Donald Owen. 2002. Looking for information: a survey of research on information seeking, needs, and behaviour. New York: Academic Press.

CASE, Donald O. **Looking for information**: A survey of research on information seeking, needs, and behavior. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2007. 423 p. ISBN 9780123694300.

CAULFIELD, Susann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Tradução Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p.134-151, Edição Especial, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/100764>. Acesso em: 19 set. 2019.

COURTRIGHT, Christina. **Context in information behavior research**. Annual Review of Information Science and Technology, White Plains, v. 41, p. 273-306, 2007.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANTAS, Esdras Renan Farias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. **Responsabilidade social da Ciência da Informação: o conceito da temática a partir dos registros dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil**. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, João Pessoa, out. 2015. Anais... Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3030/1135>>. Acesso em: 22 set.2019.

Debate estimula o enfrentamento ao feminicídio. Disponível em: <<https://www.age.nciabrasilia.df.gov.br/2019/10/23/debate-estimula-o-enfrentamento-ao-feminicidio/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição de métodos**. Monografia (Graduação em estatística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Matemática, Departamento de Estatística, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 set. 2019.

#16diasdeativismo Secretaria da Mulher realiza campanha. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/11/24/secretaria-da-mulher-realiza-campanha-para-os-16diasdeativismo/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 3.ed. Revista dos Tribunais, 2014.

DIAS, Monica Silva; COTRIM, Livia Cristina Aguiar. Violência contra a mulher, ninguém mete a colher? Um estudo em área de manancial. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S.l.], n. 12, jan. 2015. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/21944>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FERREIRA, Laizlla Cristie Silva. **Violência contra mulheres: visão das/os estudantes de Biblioteconomia**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2015/violencia-contra-mulher-visao-dos-estudantes-de-biblioteconomia.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019

FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva; CORTES, Gisele Rocha. **Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia**. Revista Conhecimento em Ação, v. 2, n. 2, p. 19-44, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71519>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Isa Maria. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-1962003000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2019.

FRIAS, Daniel N. **A mulher da Grécia Antiga e possíveis aspectos da cultura grega na contemporaneidade**. Disponível em: <<https://filosofojr.wordpress.com/2012/08/23/a-mulher-da-grecia-antiga-e-possiveis-aspectos-da-cultura-grega-na-contemporaneidade/>>. Acesso em: 10. ago. 2019

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Competência em Informação: conceitos, características e desafios**. AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25245>>. Acesso em: 20 set. 2019 . Entrevista.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.21-32, jan./abr., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02>. Acesso em: 20 set. 2019.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G; DANTAS, E. R. F. **Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação**. Informação & Informação, v. 17, p. 1- 25, 2012. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2019.

IZCUE, Maribel. **O Dote, um fardo pesado para milhares de mulheres na Índia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1545391-5602,00-O+DOTE+UM+FARDO+PESADO+PARA+MILHARES+DE+MULHERES+NA+INDIA.html>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KRUG, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva, Organização Mundial da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

LANGLEY, Roger; LEVY, Richard C. **Mulheres espancadas**: fenômeno invisível ; tradução de Cláudio Gomes Carina ; prefácio de Heleieth Saffioti. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1980. 238 p.

LAGARDE y DE LOS RIOS, Marcella. **Por La vida y La libertad de las mujeres**. Fin al femicídio. El Dia, V., fevereiro, 2004.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, Renata Macêdo; NORONHA, Rosangela Moraes Leite. **A violência contra a mulher: herança histórica e reflexo das influências culturais e religiosas**. Revista Direito & Dialogicidade - Crato, CE, vol.6 , n.1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/959/787>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta (2011) "**Emociones Violentas y Familiares Correctivos**". (pp. 155 a 175) InRifiotis, Theophilos y Castelnuovo, Natali (orgs.) Antropologia, violencia y justicia. Buenos Aires: Ed. Antropafagia. (208 pp.)

MACHADO, Lia Zanotta. Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha. In: BARBOSA, Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio *et al*, (org.). **A mulher e a justiça**: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos. 1. ed. Brasília: AMAGIS, 2016. p. 163-175.

Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/02/26/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-a-cada-hora-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>> Acesso: 08 ago. 2019.

MAJYAMBERE, Moise. **Information seeking behaviour of humanities/arts international postgraduate students in public universities in Kwazulu-Natal Province, South Africa**. Thesi (Doctor of Philosophy in the Information Studies Programme) - School of Social Sciences, College of Humanities, University of KwaZulu-Natal, Pietermaritzburg, South Africa, 2014. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.921.4599&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

MANSO, Flávia Vastano; CAMPAGNAC, Vanessa (orgs). **Dossiê mulher 2019**. Instituto de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006. 331 p.

MARTINEZ-SILVEIRA, Martha e ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ci. Inf.* [conectados]. 2007, vol.36, n.2, pp.118-127. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>.

MELLO, Adriana Ramos de. Femicídio: breves comentários à Lei 13.104/15. **Direito em movimento**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2. sem. 2015. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume23/volume23_49.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MELLO, Adriana Ramos de. **Comentários a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen júris, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MINTZBERG, H., AHLSTRAND, B, LAMPEL, J. **Safári de Estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Mulheres vítimas de violência doméstica**: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.

ODDONE, Nanci. MARTINEZ-SILVEIRA, Martha. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ci. Inf.* Brasília, DF, vol.36, n.2, pp.118-127. 2007. ISSN 0100-1965. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200012. Acesso em: 20 set. 2019.

OHTOSHI, Paulo Hideo. **O comportamento informacional: estudo com especialistas em segurança da informação e criptografia integrantes da RENASIC/COMSIC**. 2013. 156 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/14394/1/2013_PauloHideoOhtoshi.pdf>. Acesso em: 20. set. 2019

OKADA, Marcia Massumi. **Violência doméstica contra a mulher: estudo com puérperas atendidas em uma maternidade filantrópica**. 2007. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Obstétrica e Neonatal) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7132/tde-13072007-100232/pt-br.php>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

OLIVEIRA, Eliany. **Pancada de amor dói e adoce**: violência física contra mulheres. Sobral, CE: Edições UVA, 2007.

PEDRO, Claudia Bragança ; GUEDES, Olegna de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. In: I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, jun. 2010. Anais... Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PIANOVSKI, Vanessa de Souza; ALCARÁ, Adriana Rosecler. **Processo de busca e uso da informação por pós-graduandos**. In: VI Seminário em Ciência da Informação, Londrina, ago. 2016. Anais... Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/305/258>>. Acesso em: 22 set. 2019.

PIMENTEL, Sílvia. **Experiências e desafios: Comitê sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW/ONU)**. Brasília: Secretaria Especial de políticas públicas para as mulheres, 2008. 92 p.

PINHEIRO, Renatha James Diógenes. **Mapeamento do conceito de informação: um estudo bibliométrico nos periódicos TransInformação e Perspectivas em Ciência da Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2009-07-15T074857Z-1520/Publico/Renatha%20James%20Diogenes%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PINTO, Elton Mártires. **Informação e transgeneridade**: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero. Orientador: Prof. Dr. Fernando César Lima Leite. 2018. 137 f. Tese (Mestre em Ciência da Informação.) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32044/1/2018_EltonM%c3%a1rtiresPinto.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

PEREIRA, P. S. **Mulheres em situação de violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas**. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7059#preview-link0>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PEREIRA, Rita de Cássia Bhering Ramos. **O fenômeno da violência contra a mulher: tipificações e percepções**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2012. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3373/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

PORTO, Janice Regina Rangel. **Violência contra a mulher: expectativas de um acolhimento humanizado**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Curso de Mestrado em Enfermagem, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4784/000415296.pdf?...1>> Acesso em: 17 ago. 2019.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniezuk de. **Ciência da Informação: história, conceitos e características**. Em questão, v. 21, n. 3, p. 26-42, set./dez, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/57516/36041>>. Acesso em: 20 set. 2019.

REIS, Leonardo Naves dos. **Violência doméstica e aspectos cognitivos do agressor: análise quantitativa**. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-26012017-172837/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RODRIGUES, Gizella. **Nova campanha do GDF reforça importância de denúncia contra violência doméstica**. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/07/13/nova-campanha-do-gdf-reforca-importancia-de-denuncia-contra-violencia-domestica/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

RODRIGUES, Matheus; TEIXEIRA, Patrícia. **Especialistas traçam perfil de agressores de mulheres; identifique características abusivas em 5 pontos**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/19/especialistas-tracam-perfil-de-agressores-de-mulheres-identifique-caracteristicas-abusivas-em-5-pontos.ghtml>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ROSSMAN, G.B e RALLIS, S. F. **Learning in the field: na introduction to qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

RUSSELL, Diana E. H.; HARMES, Roberta A. **Feminicídio: una perspectiva global**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2006. 377 p. ISBN 9703230016.

SALINAS, Anette Goldberg; BIROLI, Flávia. **Movimento feminista**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>>. Acesso em: 10. ago. 2019.

SANTIAGO, Rosilene Almeida; Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas. **A violência contra a mulher: antecedentes históricos**. XI Seminário Estudantil de pesquisa Acadêmica v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/313/261..>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANTOS, Karine Brito dos; GALINKIN, Ana Lúcia. Violência contra a mulher, direitos humanos e prevenção. *In*: BARBOSA, Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio *et al*, (org.). **A mulher e a justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos**. 1. ed. Brasília: AMAGIS, 2016. p. 257-275.

SARACEVIC, T. **Ciência da Informação: origem, evolução e relações**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 03 set. 2019.

SCHRAIBER, Lilia Blima. *et al*. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 470-477, Aug. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2019.

I Seminário violência e gênero - mulheres, vulnerabilidades e violências.

Disponível em: <https://www.crp-01.org.br/events/8388>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, André Cândido da. **História das mulheres na Idade Média: abordagens e representações na Literatura Hagiográfica (século XIII)**. Anais do Congresso Internacional de História: Cultura, Sociedade e Poder, Jataí, 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(14\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(14).pdf) Acesso em: 13 ago. 2019.

SILVA, Andréa Carla Marques da; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Comportamento de pesquisa da informação de usuários de portais corporativos**. Informação & Informação, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 257-282, jun. 2016. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19786/18996>. Acesso em: 04 set. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho Silva; GOMES, Henriette Ferreira. **Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações**. Informação & Sociedade: estudos e expediente, João Pessoa, v.25, n.1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/145/13200>. Acesso em: 03 set. 2019.

TAHAN, Lilian. Elas por elas: **As histórias de feminicídio que, infelizmente, vamos contar**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/materias-especiais/elas-por-elas-os-casos-de-feminicidio-que-infelizmente-vamos-contar>. Acesso em: 13 nov. 2019.

TAVARES, Olga. Comunicação e informação: caminhos de conexão. *In*: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 137-151.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. 1. reimpr. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 120 p.

TRINDADE, Vitória Etges Becker. **Lei Maria da Penha: violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da Polícia Judiciária**. In: XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016, Santa Cruz do Sul-RS. 2016. p. 1 - 19. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14576/3276>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

Violência contra a mulher: veja como denunciar e procurar ajuda. Disponível em : <<https://g1.globo.com/fantastico/interatividade/noticia/2019/08/11/violencia-contra-a-mulher-veja-como-denunciar-e-procurar-ajuda.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2019.

Violência contra mulheres: estande da Globo na Rodoviária do Plano Piloto chama atenção para o problema e orienta vítimas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/10/14/violencia-contra-mulheres-um-estande-da-globo-na-rodoviaria-do-plano-piloto-chama-a-atencao-para-o-problema-e-orienta-vitimas.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. ONU: Brasília, 2015.

WILSON, T. D. Human information behaviour. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. Disponível em:< <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>.> Acesso em: 03 set. 2019.

WOLF, Luiza. **Em que países ainda se paga o dote de casamento?**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/em-que-paises-ainda-se-paga-o-dote-de-casamento/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

| PERFIL | |
|--------------|---------------------|
| Faixa etária | Local de residência |
| Escolaridade | Membros da família |
| Renda | Raça / cor da pele |
| Profissão | Orientação sexual |

| | |
|---|---|
| COMPRESSÃO DO QUE É VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | <p>1- O que você sabe sobre violência contra a mulher?</p> <p>2- Dentro disso, quais tipos de violências contra a mulher você conhece?</p> |
| PERCEPÇÃO QUE ESTAVA SOFRENDO VIOLÊNCIA | <p>3- Você sofre ou já sofreu violência contra a mulher?</p> <p>4- Quando você percebeu isso? Como foi?</p> <p>5- Você percebe/percebeu quais tipos de violência?</p> <p>6- Quais sensações você sentia? Raiva, dor, culpa?</p> <p>7- Atualmente, você tem a compreensão de que a violência contra a mulher não é só violência física?</p> <p>8- Quais motivações você tinha para buscar ajuda?</p> |
| SUPORTES E FONTES DE INFORMAÇÕES PARA SANAR NECESSIDADES | <p>9- E o que você fazia sobre isso?</p> <p>10- Você tinha algum suporte?</p> <p>11- Você buscava informações sobre a violência contra a mulher?</p> <p>12- Onde? Com quem? Sobre o que?</p> <p>13- Você conhece a LMP? Você considera importante para que outras mulheres deixem de ser agredidas? Por quê?</p> |
| USO DA INFORMAÇÃO | <p>14- As informações (formais / informais) contribuíram para que você sáísse da situação de violência contra a mulher? Como?</p> <p>15- Então, de modo geral, as informações te causaram satisfação ou frustração?</p> |
| CONCLUSÃO | <p>16- Como as informações a que você teve acesso sobre violência contra a mulher contribuíram para você ser a mulher que é hoje? Por quê?</p> |